

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA**

Ana Paula Benetti Machado

**A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E A BIBLIOTECA
VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL: uma questão de políticas**

**Porto Alegre
2004**

Ana Paula Benetti Machado

**A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO E A BIBLIOTECA
VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL: uma questão de políticas**

Monografia apresentada como requisito parcial
para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia
pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientação: Helen Beatriz Frota Rozados

**Porto Alegre
2004**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitora: Prof^a. Dr^a. Wrana Maria Panizzi

Vice Reitor: Prof. Dr. José Carlos Ferraz Hennemann

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Dr^a. Márcia B. Machado

Vice Diretor: Prof. Ricardo S. da Silva

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Chefe: Prof. Dr. Waldir Morigi

Chefe Substituta: Prof^a. Ms. Itália Falsetta

M357r Machado, Ana Paula Benetti

A Sociedade da Informação e do Conhecimento e a
Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul: uma questão de
políticas / Ana Paula Benetti Machado; Orientação [por]
Helen Beatriz Frota Rozados. – Porto Alegre, 2003
28 fls.

1 Biblioteconomia I. Rozados, Helen Beatriz Frota, II.
Fabião, Mariléa Pinheiro. IV. Título.

CDU 025.3/.4 (047)



Departamento de Ciências da Informação

Rua: Ramiro Barcelos, 2705

CEP: 90035-007

Tel: (51) 3316 – 5146

Fax: (51) 3316 – 5435

E-mail: fabico@ufrgs.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Monografia “A Sociedade da Informação e do Conhecimento e a Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul: uma questão de políticas” elaborada por Ana Paula Benetti Machado, como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Biblioteconomia.

Comissão Examinadora:

Profa. Ms. Helen Beatriz Frota Rozados

Profa. Ms. Ana Maria M Moura

Bacharel Ivete Lopes Figueiró

DEDICATÓRIA

A Deus pela força
e coragem dadas
para concretizar
este sonho.

Aos meus pais
Paulo e Tânia pela
vida que me foi
dada.

Ao Mestre Masaharu
Taniguchi por me
ensinar a sonhar
alto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelas oportunidades que me foram dadas no decorrer da vida.

Agradeço a minha mãe Tânia Maria Benetti pelo exemplo de vida, de batalha e de persistência. Ao meu pai Paulo Edson Salerno Machado pelas oportunidades de viver e de estudar. Ao meu pai Francisco Osório Arrossul Brasil pela dedicação e carinho. A minha irmã Franciele Benetti Brasil pela paciência e compreensão. A João Vitor Hanna de Souza por todo amor e assistência.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul pela formação pública, gratuita e de qualidade.

A minha orientadora Helen Beatriz Frota Rozados pelas leituras, críticas e sugestões.

Às profissionais bibliotecárias que enriqueceram minha formação durante estes anos: bibliotecárias da Unilasalle, bibliotecárias da Faculdade de Administração da UFRGS, bibliotecárias da FEE e bibliotecária da Faculdade de Agronomia da UFRGS.

Aos amigos e dirigentes da Associação dos Jovens da Seicho-No-Ie do Brasil pelo total apoio e compreensão que me foram dispensados com imensa generosidade.

Às amigas Márcia, Sabrina, Virgínia e Andréa Barude pelos momentos inesquecíveis.

Agradecimentos especiais aos maiores presentes que a UFRGS me proporcionou: Kátia Minatto Leal e Rosângela B. Veiga Costa. Katita e Rorrô, obrigada por toda palavra, por todo carinho, por todo gesto. Mais que um encontro, mais que momentos de vida compartilhados, mais do que festas curtidas, mais do que longas noites de estudo. É amizade! Sentimento fiel e de afeição. Obrigada por tudo!!!

Não poderia esquecer de agradecer àquela que deu início a minha jornada estudantil, minha alfabetizadora Professora Rita Waskow.

*“As boas idéias vêm do inconsciente.
Para que uma idéia seja relevante o
inconsciente precisa estar bem
informado.”*

(David Ogilvy – Publicitário)

RESUMO

O presente trabalho aborda os aspectos da Sociedade da Informação e do Conhecimento, nos quais evidencia-se a potencialização dos impactos causados na economia, na política e na cultura através da união das Tecnologias da Informação e Comunicação com a informação e o conhecimento. Dentro deste novo contexto, caracteriza a grande valia da aplicação de políticas públicas de informação, bem como suas etapas de formulação e suas principais finalidades. Demonstra também que tais políticas de informação são cabíveis às bibliotecas institucionais públicas para que estas auxiliem no desenvolvimento e consolidação do atual paradigma seja em nível mundial, nacional ou local. Desta forma, discorre sobre as políticas públicas de informação para bibliotecas implantadas na União Européia, Estados Unidos e Brasil. Com isto objetiva demonstrar a importância da adoção de políticas de desenvolvimento e de investimentos para as bibliotecas ligadas ao Governo do Estado do Rio Grande do Sul, em especial para a Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul – BVRS, como forma de auxiliar na promoção e no desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento local.

Palavras-chave: Sociedade da Informação e do Conhecimento, Políticas Públicas de Informação, Biblioteca Virtual, Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul.

ABSTRACT

The following work is referred to the aspects of Information and Knowledge Society which shows the potential of the impacts caused in politics, culture and economy right through the union of Information and Communication Technology with information and knowledge. Around this new context, it characterizes the measure of application of information public politics, as its formulation and its main finalities.

It also shows that information politics are allowed to the institutional public libraries for contributing in development and consolidation of the genuine paradigm in world levels, national or local. In this way, it is about the information public politics to libraries settled in European Union, United States and Brazil. Within it, the objective is to show the value of having development and invest politics to the libraries connected with Rio Grande do Sul Government, specially the Virtual Library of Rio Grande do Sul (BVRS), toward helping promotion, development and local knowledge of Information Society.

Key words: Information and Knowledge Society, Information Public Politics, Virtual Library, Virtual Library of Rio Grande do Sul.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo da Sociedade da Informação-----	20
Quadro 1 – Ações para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento no Brasil -----	44
Figura 2 – Tela de pesquisa do site da BVRS -----	60
Figura 3 – Tela com resultados de busca-----	60
Figura 4 – Tela de periódicos do site da BVRS -----	61
Figura 5 – Tela com categorias de links da BVRS-----	62
Figura 6 – Tela com consulta aos links da BVRS-----	62
Figura 7 – Tela com visualização da estrutura do registro bibliográfico -----	63
Figura 8 – Tela com opção de download de registro bibliográfico -----	64
Figura 9 – Tela do ‘Fale conosco’ da BVRS-----	64

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
1.1 Questão da Pesquisa	13
1.2 Objetivos	14
1.2.1 Geral	14
1.2.2 Específicos	16
2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO	16
3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO	22
3.1 Formulação de Políticas Públicas de Informação	24
3.2 Finalidades e Funções das Políticas Públicas de Informação	28
3.3 Políticas Públicas para Bibliotecas no Mundo	32
3.3.1 União Européia	32
3.3.2 Estados Unidos	38
3.3.3 Brasil	41
4 BIBLIOTECAS VIRTUAIS	50
5 BIBLIOTECA VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL - BVRS	54
5.1 Histórico	54
5.2 Propósitos e Objetivos da BVRS	56
5.3 Regulamento	57
5.4 Produtos e Serviços	59
6 METODOLOGIA	65
6.1 Técnicas de Pesquisa	66
6.2 Sujeitos da Pesquisa	68
6.3 Procedimentos	69
6.4 Apresentação dos Resultados	69
6.5 Limitações	69
7 ANÁLISE DOS RESULTADOS	71
8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	79
REFERÊNCIAS	82
APÊNDICE – ROTEIRO DA ENTREVISTA SOBRE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E O PAPEL DA BVRS	86

1 INTRODUÇÃO

Com a globalização da sociedade, a velocidade com que a informação e o conhecimento são disseminados traz importantes mudanças para as relações econômicas, políticas, sociais e culturais. Contudo, o avanço da informação depende de condições tecnológicas e de comunicação, que facilitem sua permeação, além de sua geração, seu armazenamento, seu acesso e sua recuperação. A união das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) com a informação e o conhecimento é uma característica do novo paradigma no qual vivemos atualmente: a Sociedade da Informação e do Conhecimento.

De um modo prático, as tecnologias da informação e comunicação – computadores, infovias entre outros – sustentam a produção das informações, dispendo de um leque de infinitas possibilidades de armazenamento e recuperação, ampliando assim, o fluxo e a velocidade da informação. Contudo, as alterações na amplitude do fluxo e na velocidade da informação ficaram mais evidentes a partir da criação das redes informacionais. Estas redes podem ser de cunho regional, nacional ou global.

As redes de informações passam, então, a potencializar os impactos da informação, ao permitir que cada comunidade tenha acesso às informações geradas por diferentes países, regiões, municípios, bairros. Elas permitem que se possa navegar entre a massa de documentos e informações disponibilizadas. Estas redes virtuais de informação desempenham um papel fundamental de circulação de documentação científica e informativa de milhares de agentes sociais – órgãos públicos e privados, atores, etc. – organizados em todo o país.

1.1 Questão da Pesquisa

Como uma profissional integrante da Biblioteca da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emmanuel Heuser, órgão coordenador da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul – BVRS e, vivenciando a implantação e o crescimento da BVRS, sentiu-se a necessidade de averiguar como esta rede de informação, criada a partir da cooperação de algumas bibliotecas vinculadas à Administração Pública Estadual, mas atuantes nas áreas de economia, estatística, agricultura, ciência e tecnologia e administração pública, é encarada pelo poder governamental e de que forma ela contribui para a consolidação e fortalecimento de Sociedade da Informação e do Conhecimento local.

O presente trabalho baseou-se em definições, conceitos e características acerca da Sociedade da Informação e do Conhecimento, de políticas de informação e de bibliotecas virtuais. Averigua-se, nestes contextos, o enfoque dado às bibliotecas dentro dos Programas da Sociedade da Informação e do Conhecimento da Comunidade Européia, dos Estados Unidos e do Brasil, aqui enfocando-se o Rio Grande do Sul.

Considerou-se importante analisar, também, como o governo do estado do Rio Grande do Sul poderia contribuir para a inserção de todas as bibliotecas das instituições públicas na BVRS, conforme consta dos objetivos do projeto, através da consolidação destas unidades de informação, enquanto elementos chave na composição da rede informacional gaúcha.

1.2 Objetivos

Os objetivos deste trabalho dividem-se em geral e específicos.

1.2.1 Geral

O principal objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da adoção de políticas de desenvolvimento e de investimentos para as bibliotecas ligadas ao Governo do Estado, em especial para a Biblioteca Virtual do Estado do Rio Grande do Sul – BVRS, como forma de auxiliar na promoção e no desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento no Estado.

1.2.2 Específicos

- a) levantar informações, através da literatura específica, sobre as políticas públicas para bibliotecas públicas em nível internacional, nacional e local;
- b) buscar estabelecer a importância da BVRS, enquanto rede de informação, para auxiliar na consolidação e no desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento de nosso Estado.

A pesquisa está estruturada em 8 capítulos. O primeiro, já apresentado, consta da introdução, comentando a justificativa da escolha do tema e os objetivos que se pretende alcançar. O segundo comenta aspectos da Sociedade da Informação e do Conhecimento. O terceiro aborda a formulação e as finalidades das políticas governamentais para a área e, em especial, para as bibliotecas. O quarto capítulo discorre a respeito das bibliotecas e sua evolução, até a era da virtualidade. No quinto

capítulo apresenta-se a Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul – BVRS – através de seu histórico, de seus propósitos, de seus recursos e serviços. O sexto capítulo destina-se a expor a metodologia utilizada. O sétimo constitui-se da análise dos dados coletados. E, por fim, o oitavo capítulo visa apresentar as conclusões e as recomendações.

2 SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E DO CONHECIMENTO

Trocar informação sempre foi determinante para o progresso da humanidade. Desde tempos remotos, um dos principais fatores que diferenciou o homem dos restantes seres vivos foi a capacidade de se comunicar com seus semelhantes através de diversos meios, permitindo a troca de informação que, quando transformada em conhecimento, possibilitou melhor adaptação e, conseqüentemente, um melhor domínio perante a natureza.

A história da civilização demonstra o quanto foi vital o conhecimento humano para o desenvolvimento da sociedade. Na 1ª Revolução Industrial, no século XVIII, surgiram a máquina a vapor, as ferrovias e a urbanização. Na 2ª Revolução Industrial, que aconteceu a partir de meados do século XX, ocorreram inovações que ocasionaram a otimização da produção de alimentos, melhorias na fabricação e no transporte. Agora, no século XXI, a sociedade dirige-se a um novo modelo organizacional no qual o controle, a racionalização e a otimização dos processos industriais são substituídos pelo processamento da informação como elemento econômico. Essa nova era é chamada de Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Para Moore (1999) isso é uma evolução global, está presente em todos os países, independente de suas filosofias políticas ou níveis de desenvolvimento, pois a informação ganha crescente espaço na economia, na vida social, cultural e política.

O propósito da Sociedade da Informação e do Conhecimento é visto de forma diferenciada entre os autores. Moore (1999) afirma que a Sociedade da Informação e do Conhecimento transforma a informação em recurso econômico. Legey e Albagli

(2000) vêem a informação como matéria prima para um maior desenvolvimento da educação, da ciência, da saúde, do lazer e do ambiente. Tal desenvolvimento, nestas áreas, atua, então, como fator de alavancagem de inovações produtivas, técnicas organizacionais e comunicacionais. Werthein (2000) analisa a informação como sendo elemento de expansão e reestruturação do capitalismo. Dentro deste panorama, Legey e Albagli (2000, p.1) definem a Sociedade da Informação e do Conhecimento da seguinte forma:

[...] refere-se a um modo de desenvolvimento social e econômico, em que aquisição, armazenamento, processamento, valorização, transmissão, distribuição e disseminação da informação desempenham um papel central na atividade econômica, na geração de novos conhecimentos, na criação de riqueza, na definição da qualidade de vida e satisfação das necessidades dos cidadãos e das suas práticas culturais.

Sendo assim, a partir das definições arroladas sobre a Sociedade da Informação e do Conhecimento, pode-se ter uma visão bastante clara de que ela representa uma profunda mudança na organização da sociedade e da economia e que é um fenômeno global, com elevado potencial transformador das atividades sociais e econômicas.

Com relação às características, inúmeras são listadas pelos estudiosos do tema. Contudo, existem três que são mais evidentes. A primeira característica é o fato de que a informação recebe a aceção de 'auxílio econômico', ou seja, os países, em seus diferentes níveis de desenvolvimento, passam a utilizar a informação como meio de melhorar sua competitividade ou conservar sua posição no mercado mundial. Fróes (2000) aponta a forte ligação entre produção material e informação, o que vem de encontro com o pensamento de Burnham (1999, p. 36) quando afirma:

Nessas relações entre a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços deve-se enfatizar que o conhecimento [a informação] se impõem como uma nova mercadoria. Deixa de ser um bem imaterial, um princípio para a formação do sujeito ou do indivíduo social, um direito. Conquanto esse conhecimento, assim como outros bens e serviços, esteja sendo produzido e disseminado em larga escala, ele não está disponível para todos; tampouco estão disponíveis, para grande parte da população, as condições para a sua produção. Poucos produzem, alguns consomem, muitos ficam aquém. Se conhecimento, como nos mostrava Foucault, por exemplo, era lastro de poder e de poder simbólico (Bordieu), agora, como mercadoria ele é poder econômico.

Embora Burnham (1999) assinale que a maioria da população fica à margem do mercado informacional, Moore (1999) toma outra posição, ao evidenciar uma segunda característica do atual paradigma: o fato de o público, em geral, utilizar cada vez mais a informação para fazer escolhas (tomadas de decisão), exercer a cidadania, através do conhecimento de seus direitos e responsabilidades cívicas. Nas relações de consumo, por exemplo, no qual o conhecimento sobre os produtos e serviços, por parte dos consumidores, é escasso e que impera a complexidade técnica, a informação é algo fundamental. É o que postula Moore (1999, p.104):

Da mesma maneira que utilizamos a informação em nosso trabalho e em nossos estudos, recorreremos a ela no cotidiano. Nós usamos a informação como consumidores de bens e serviços, oferecidos tanto pelo setor privado quanto pelo público, e igualmente como cidadãos

Confrontando as idéias dos autores, chega-se às divergências que podem ocorrer na Sociedade da Informação e do Conhecimento. O pensamento de Burnham (1999) possibilita a reflexão acerca da fragmentação social existente no âmbito mundial, nacional e local, devido a uma discrepância na distribuição, no aprendizado e no domínio das tecnologias da informação e comunicação o que gera, como resultado, uma nova forma de exclusão: a exclusão digital.

Por outro lado, a busca e o uso da informação, crescem de forma acentuada pela população, visto que a Sociedade da Informação e do Conhecimento não só visa

alcançar o bem-estar econômico, mas também o social, estimulando os cidadãos a aumentar o seu nível de instrução, reforçar laços comunitários, além de instigar a participação do público na tomada de decisões.

A terceira característica, esta levantada por Castells (2000), Fróes (2000), Moore (1999) e Werthein (2000) é o alto desenvolvimento tecnológico em várias áreas do conhecimento, que visa servir de estrutura para a informação. Aqui se destacam as redes de telecomunicações, *hardwares* e *softwares* que promovem mudanças no acesso à informação. Estas mudanças influem e criam transformações sociais de grande alcance, alterando processos, formas de atuar, resultando em modificações na maneira de ser, nos valores, nas atitudes e no comportamento das pessoas e, conseqüentemente, na cultura e na sociedade em geral.

Sendo assim, Legey e Albagli (2000, p.1) declaram que a transformação tecnológica atua como potencializadora de inovações nos sistemas de produtividade, organizacionais e telemáticos “[...] caracterizando a existência de uma verdadeira revolução informacional.”

Pode-se deduzir, então, que as características básicas centradas nos cidadãos, na tecnologia e na informação formam o modelo da Sociedade da Informação e do Conhecimento, conforme pode ser observado na Figura 1.



Figura 1: Modelo da Sociedade da Informação e do Conhecimento
 Fonte: Grupo Telefônica do Brasil, 1999, p.18

Através do modelo da Sociedade da Informação e do Conhecimento constata-se que existe um conjunto de fatores, denominado entorno, com força para influenciar qualquer fenômeno que aconteça na sociedade e, portanto, afetar a orientação e o ritmo de desenvolvimento desta nova sociedade. Os aspectos formadores mais relevantes do entorno são a economia, o emprego, a formação, a divulgação, a legislação, a cultura e o comportamento. Estes fatores influem na Sociedade da Informação e Conhecimento da seguinte forma:

- a) economia – a disponibilidade de capital permite a oferta de infraestrutura e conteúdo;
- b) emprego – o crescimento do setor de atividades ligadas à informação aumenta a demanda de profissionais, modificando o perfil do mercado de trabalho;
- c) formação – como há maior demanda de profissionais capacitados em atividades que envolvem a tecnologia da informação, há a necessidade de formar pessoas para preencher esta lacuna;

- d) divulgação – o acesso à informação ainda não é privilégio de todos. Então, para evitar maiores desigualdades sociais, são necessários a alfabetização tecnológica e o acesso a recursos tecnológicos, possibilitando o conhecimento e a inclusão na Sociedade da Informação e do Conhecimento às classes menos favorecidas;
- e) legislação – políticas governamentais que definam medidas destinadas a regulamentar o mercado de telecomunicações, para investimentos no acesso do público aos serviços de redes digitais de informação.
- f) cultura e comportamento – a preservação da identidade cultural do país promove a geração de conteúdos que enfatizem esta identidade, assim como acontecimentos de interesse local ou regional.

Por estes motivos, governos têm um crescente interesse em elaborar e implementar políticas de informação que visam principalmente estabelecer a infraestrutura física de telecomunicações, promover a competitividade e o aumento da produtividade, assegurando uma estrutura de comunicação e informação barata e eficaz, que potencialize a integração organizacional, o monitoramento de informações, a produção e a incorporação de inovações.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE INFORMAÇÃO

À medida que, no plano internacional e nacional toma-se consciência do valor da informação, os governantes passam a se preocupar em estabelecer políticas dedicadas ao desenvolvimento e à gestão de recursos e serviços de informação. Os recursos em informação englobam dados textuais, numéricos, sonoros e/ou gráficos, registrados em meios convencionais e não convencionais. Já os serviços de informação reúnem o provimento informacional através de sistemas e redes de diferentes tipos, nos setores público e privado (bancos de dados, bases de dados, sistemas de bibliotecas, serviços de bibliotecas, centros e serviços de documentação, centros e serviços de análises, consolidação e reestruturação da informação, arquivos, serviços estatísticos).

As políticas aplicadas ao campo da informação proporcionam orientação para concepção de uma estratégia e de programas destinados ao desenvolvimento e ao uso destes recursos e serviços. Estas políticas são chamadas de políticas de informação.

No entender de Cubillo (2003), as políticas de informação, lamentavelmente, nunca estiveram em lugar de destaque nos planos de governos. Contudo, com o surgimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento elas passam a ser consideradas como fator base e essencial para a construção e a consolidação do atual paradigma, em qualquer nação, povo ou comunidade.

Em matéria de políticas de informação existem uma vastidão de pontos de vista e orientações conceituais. Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateos (2000) partem do significado da palavra política, definindo-a como uma orientação ou diretriz que rege a atuação de uma pessoa ou entidade em uma área determinada. Montviloff (1990) complementa este pensamento, explanando que uma política é uma

série de princípios e de estratégias que orientam uma ação para alcançar um objetivo determinado.

Aplicando esses conceitos à área da informação, Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateos (2000) dão seguimento, expondo que uma política de informação é, então, constituída por diretrizes que regem um país à consecução do direito à informação por parte de todos os cidadãos.

Desse modo, a concepção de uma política de informação serve de orientação para o desenvolvimento e implementação de planejamento estratégico e de programas que resultem na geração e no uso de recursos e de serviços informacionais por toda a sociedade.

Ainda nesta linha, Cubillo (2003) ressalta que as políticas de informação são uma nova forma de vitalizar a área de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, bem como o desenvolvimento das áreas da saúde, da educação, do transporte.

Sendo assim, Gonzáles de Gomes (2002) aponta que a esfera governamental, em seus diversos planos, é uma grande geradora, receptora e agregadora de informações e que a vinculação de políticas públicas de informação, em seu meio, a tornaria uma agente privilegiada.

Esta afirmação vem de encontro ao fato de que o governo – nacional, estadual ou municipal – possui a habilidade de compilar e de acumular conhecimento. A exemplo disto, aí estão as bibliografias governamentais, os dados estatísticos, os dados cartográficos, os documentos oficiais e outros meios de representação documental e arquivística. Já o estabelecimento, a implementação e o controle de políticas públicas de informação potencializam estes recursos e serviços informacionais de caráter

público provocando, então, a modernização e o desenvolvimento nas diversas áreas levantadas anteriormente por Cubillo (2003).

A UNISIST (1974), em suas propostas para políticas de informação, afirma que estas devem envolver as mais diversas instituições públicas como centros de produtividade, centros de exportações, bancos de desenvolvimento, institutos de estatísticas, centros de produção de livros, dentre outros.

Desta maneira, vê-se que tal medida estimula o desenvolvimento das investigações técnico-científica em diversas esferas, além de propiciar a publicação de estudos, bem como aplicações e resultados, gerados pelos órgãos estatais, o que possibilita ainda, o amparo legal aos direitos autorais. Além disto, promove a coordenação de centros de informação, de serviços de bibliotecas e de redes de transferências de informação. Todo sistema econômico, social e político passa a operar com mais eficiência ao estabelecer um mecanismo que garanta aos responsáveis, planejadores, gerentes, executivos e investigadores do governo acesso a dados e informações atualizadas, pertinentes e fidedignas.

3.1 Formulação de Políticas Públicas de Informação

Como foi mencionado anteriormente, o progresso da tecnologia e a emergência da economia caracterizam o desenvolvimento sócio-econômico mundial. Isto tem induzido os governos a revisar suas prioridades e estabelecer novas políticas, para adaptar suas estratégias de desenvolvimento aos novos métodos de provimento e aproveitamento dos recursos e serviços de informação.

No entanto, para a formulação destas políticas são necessárias algumas medidas e ações. Cubillo (2003) destaca cinco ações iniciais, as quais considera viáveis e plausíveis: construir um mapa dinâmico do conhecimento sobre políticas públicas de informação em nível nacional, conhecer como as políticas públicas de informação são desenvolvidas e tratadas no plano internacional, reposicionar o tema políticas públicas de informação nas várias áreas de investigação e atuação estatal, reposicionar o tema políticas públicas de informação nos programas de graduação e pós-graduação de carreiras associadas à informação e criar um observatório sobre políticas públicas de informação.

Analisando as propostas levantadas por Cubillo (2003) entende-se que a partir do conhecimento do novo paradigma, do conceito e do posicionamento dos atores nacionais a respeito das políticas públicas de informação pode-se intercambiar, analisar e propor novas alternativas e abordagens do tema.

Além disto, conhecer as políticas públicas de informação através de um levantamento mais analítico, atualizado e enriquecido de experiências internacionais, gera novas orientações a respeito do assunto.

Vê-se, ainda, que a reposição de políticas públicas de informação, nas áreas de investigação governamental, monitora e melhora as estratégias de desenvolvimento dos recursos e dos serviços informacionais.

Também se considera que o aproveitamento das pesquisas e experiências, desenvolvidas pelos corpos discente e docente das universidades locais, introduz novos enfoques e possibilita o conhecimento acerca dos objetos de estudo das políticas públicas de informação – TIC's, Internet, e-sociedade, e-economia, e-governo – bem como reconhece como estes objetos afetam as organizações nacionais.

E, finalmente, a existência de um observatório torna possível a reunião e o compartilhamento de experiências, metodologias e resultados de estudos acerca das políticas públicas de informação, a partir de sua disponibilização para o acesso a todos.

Montviloff (1990) relata a necessidade de haver condições prévias para a formulação de uma política pública de informação, pois a aplicação e o funcionamento desta depende de diversos requisitos prévios, como por exemplo:

- a) educativos – existe a necessidade de desenvolver sistemas educativos orientados para a informação;
- b) econômicos – existe a necessidade de assegurar recursos financeiros e infraestruturais suficientes para o desenvolvimento dos serviços de informação;
- c) políticos – existe a necessidade de incluir as atividades de informação entre as prioridades de desenvolvimento;
- d) administrativos – existe a necessidade de identificar uma administração suficientemente sólida para tomar a frente na formulação de uma política de informação.

Maggioli e Vacca (1999) complementam afirmando que uma política pública de informação é um processo interativo, de troca e de um esforço contínuo para obter formas de cooperação as mais amplas possíveis. Afirmam, ainda, que as políticas públicas de informação devem ser ditadas a partir das necessidades atuais de informação e das previsões de futuros recursos e serviços de informação. Em geral, devem buscar os seguintes resultados: definição do objeto geral da política pública de informação, avaliação do conceito e alcance da política pública de informação, identificação das principais questões que deve compreender a política pública de

informação, seleção das principais etapas de uma estratégia para aplicação e funcionamento da política pública de informação.

A partir destes resultados a formulação de uma política pública de informação, ainda sobre a ótica das autoras, se dá através de seis etapas:

Etapa 1: avaliação do entorno nacional, ou estadual ou local de informação – determina a informação existente e as políticas relacionadas com a informação, possibilita a obtenção de um panorama dos recursos e serviços de informação disponíveis, determina os objetivos, alcance e natureza das novas políticas, permite a decisão sobre a composição de uma equipe de trabalho;

Etapa 2: preparação de documentos preliminares para consulta – consolida definitivamente, para facilitar a referência, um estudo sobre os recursos e serviços disponíveis, cria bases para uma consulta construtiva sobre questões relacionadas às políticas públicas de informação;

Etapa 3: apresentação das políticas públicas de informação – permite uma exposição geral das políticas públicas de informação, com suas ações principais, à população, aos atores sociais, seja no âmbito federal, estadual ou municipal.

Etapa 4: redação final da proposta de políticas públicas de informação – apresenta a versão final da proposta e/ou projeto, bem como sua integração com as políticas de desenvolvimento. Isto envolve definir o lugar que ocuparão os recursos e serviços de informação (em nível público e privado) nas atividades nacionais, estaduais ou municipais,

proporcionar assessoramento oficial aos órgãos do governo e às empresas privadas para a planificação e gestão dos recursos e serviços de informação;

Etapa 5: aprovação da proposta – aprovação da proposta pelo poder legislativo;

Etapa 6: execução do plano de políticas públicas de informação – envolve a coordenação, os planos de ação, os aspectos financeiros, o funcionamento e a avaliação das políticas.

Sendo assim, uma política pública de informação para o desenvolvimento dos recursos e serviços informacionais, é o resultado de uma série de medidas e decisões prévias, que viabilize o seu planejamento e a sua execução sistemática. Também deve propiciar alternativas em caso de dificuldades imprevistas, possibilitar a elaboração de leis, acordos e diretrizes que permita reunir e proteger a informação que se necessita, em relação aos propósitos econômicos, sociais e políticos do poder governamental em questão – nacional, estadual, local. Cabe ainda salientar, que uma política pública de informação é uma questão que deve ser priorizada, como qualquer outro setor de desenvolvimento, o que exige todo um reconhecimento de sua importância.

3.2 Finalidades e Funções das Políticas Públicas de Informação

Outros aspectos básicos considerados ao falar de políticas públicas de informação são as funções que estas podem e devem cumprir.

A finalidade de uma política de informação é o acesso e a utilização, de forma otimizada, dos conhecimentos especializados e profissionais, da informação científica, técnica, social e econômica e das técnicas desenvolvidas e disponíveis no país e em

outras partes do mundo. E estes recursos devem ser destinados a resolver problemas e para o desenvolvimento de todos os setores da sociedade.

Para que isto ocorra, existe uma série de objetivos específicos a serem alcançados, postulados por Montviloff (1990):

- a) aproveitar dados de informação que sejam pertinentes, confiáveis e pontuais a um custo razoável para todos os que contribuem para o alcance das metas de desenvolvimento – investigadores, engenheiros e técnicos, planejadores de desenvolvimento, responsáveis pela avaliação de políticas e administradores, empresários;
- b) preparar e executar um plano de ação visando o estabelecimento e o funcionamento de um sistema de informação, baseado em infraestruturas existentes, além de coordenar diversos sistemas e serviços, identificar e corrigir deficiências, criar procedimentos para sanar omissões e possibilitar a interação produtiva com sistemas e programas regionais e internacionais de informação;
- c) apoiar os componentes do sistema de informação, com inclusão de pessoal, serviços e tecnologias de informação e de comunicação, arbitrando meios públicos e outros tipos de financiamento e colaboração;
- d) criar procedimentos que garantam a coerência e o crescimento sustentável dos sistemas de informação mediante a formulação e a prescrição de políticas e orientações;
- e) definir áreas de responsabilidades, acordos financeiros e mecanismos de coordenação de acordo com os objetivos e planos de desenvolvimento de

um país, estado ou cidade, e suas características políticas, sociais e culturais, além de sua estrutura de governo;

- f) apoiar o estudo de teorias relacionadas com a informação e às práticas de educação e a capacitação política para a produção, transferência e uso de informação.

De modo análogo, a UNISIST (1974) aponta que uma política pública de informação deve perseguir as seguintes metas:

- a) assegurar a utilização otimizada dos conhecimentos acumulados na ciência, na tecnologia, na economia e nas ciências sociais a fim de alcançar os objetivos governamentais de progresso social;
- b) garantir a disponibilidade de uma informação adequada para as decisões, à administração e às opções de políticas, tanto no governo como nas empresas privadas;
- c) atrair a atenção dos organismos públicos e privados para o problema relacionado ao acesso à informação e a sua utilização;
- d) assegurar serviços de informação que respondam às necessidades atuais e capacitados para desenvolver-se, a fim de satisfazer as necessidades futuras de quem gera, processa, difunde e utiliza informação;
- e) promover a cooperação para o intercâmbio de informações e de conhecimentos técnicos.

Nesta mesma linha, Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateo (2000) elencam funções básicas das políticas públicas da informação. São elas a análise da situação existente, a definição de objetivos, a determinação dos critérios de atuação dos agentes responsáveis pelas políticas públicas de informação, a formação

de profissionais da informação inseridos no contexto tecnológico e a promoção do uso da informação.

Dentro deste panorama, cruzando as idéias levantadas pelos autores, verifica-se uma uniformidade de pensamentos, sejam esses expressados de forma sintética ou exaustiva.

Entende-se, então, que a finalidade das políticas públicas de informação é a reordenação dos programas já existentes, o fomento e a promoção dos esforços institucionais de desenvolvimento, a criação e o desenvolvimento de sistemas especializados no apoio e ações que favoreçam o desenvolvimento de um sistema de informação e de seus componentes.

Além disso, objetiva o fortalecimento das relações interinstitucionais, o fomento da formação e capacitação de especialistas em informação e a realização de estudos sobre diferentes problemas que incidem no desenvolvimento deste sistema.

Diante disto, nota-se que as políticas públicas de informação encaixam-se na perspectiva das bibliotecas, visto que elas são unidades que armazenam, tratam e disseminam a informação. Trata-se então, a biblioteca como uma unidade que desempenha uma variedade de papéis fundamentais na implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento. Neste panorama, muitos países já se conscientizaram do potencial das bibliotecas na orientação e concretização do atual paradigma, criando políticas nacionais que as contemplam.

3.3 Políticas Públicas para Bibliotecas no Mundo

3.3.1 União Européia¹

Com o desenvolvimento da tecnologia multimídia e das redes, em particular a vulgarização do acesso à Internet na Europa, abriram-se novas perspectivas de expansão do mercado informacional. Silva (1997) ressalta o grande número de programas que foram criados com o intuito de expandir o mercado europeu de produtos e serviços de informação, destinados a apoiar as atividades econômicas e a constituir a indústria da informação. Dentre eles, a autora cita o Programa Impact, o INFO2000 e o Programa INNOVATION que visam, respectivamente, eliminar barreiras jurídicas ao desenvolvimento do mercado, desenvolver uma indústria européia de conteúdos de informação e auxiliar a indústria européia a aumentar sua competitividade.

A investigação, financiada pelos programas europeus, é apenas uma parcela do que se faz na União Européia, pois existe a preocupação de criar um verdadeiro sistema de informação sobre as atividades européias em ciência e tecnologia e, dentro desta perspectiva, encontram-se as bibliotecas.

Os esclarecimentos de Silva (1997) apontam que:

Em 1984, por iniciativa do Parlamento Europeu, as bibliotecas beneficiaram-se da atenção política dos Governos que tomaram consciência de que elas representavam um manancial de informação e saber acumulados, além de um substancial investimento anual de recursos materiais e humanos. Estimou-se nessa altura que existiam, na Comunidade Européia, 75 mil bibliotecas de todos os tipos e dimensões que totalizavam um *stock* em livros de 1,2 bilhões para além de todo o outro tipo de material como sejam periódicos, manuscritos,

¹Cabe salientar, que ao longo do estudo, a documentação européia é especialmente destinada às bibliotecas públicas. Contudo, este termo, de acordo com a Dirección General Del Libro, Archivos y Bibliotecas (2000, p.5), engloba todas as bibliotecas que dependem de instituições ou administrações públicas como as bibliotecas de ministérios, de secretarias e de fundações governamentais.

mapas, etc...A despesa anual com bibliotecas na Comunidade Européia era da ordem dos US\$ 7 a US\$ 13 bilhões, o número de empregos era de 250 mil e cerca de 60% da população era usuária de bibliotecas. Estas ordens de grandeza revelaram a importância do sector das bibliotecas e o seu potencial em termos de mercado para fornecedores de mercadorias e serviços.

A partir disto, iniciaram-se os debates acerca dos novos papéis a serem protagonizados pelas bibliotecas diante da Sociedade da Informação e do Conhecimento. A Dirección General Del Libro, Archivos y Bibliotecas (2000) expõe, através da interpretação da *Resolución del Parlamento Europeu sobre el papel de las bibliotecas em la sociedad moderna, del 23 de octubre de 1998*, que:

- a) ter e saber utilizar a informação constitui um fator de integração econômica, social e cultural e que, portanto, é conveniente organizar e garantir o acesso livre dos cidadãos às informações ;
- b) é possível vincular as bibliotecas públicas em redes a todos cidadãos, para transmitir conhecimento e cultura;
- c) os Estados membros da Comunidade Européia devem dotar as bibliotecas de instrumentos modernos, em particular das conexões com a Internet;
- d) os Estados membros devem adaptar melhor seus sistemas de educação e qualificação de bibliotecários à evolução da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Diante deste contexto, Silva (1997) expõe que novas medidas e ações européias vêm reforçar e complementar os programas e iniciativas com relação às bibliotecas, tendo como objetivos disponibilizar serviços modernos de biblioteca em toda a Comunidade Européia, acelerar a penetração das novas tecnologias, promover a padronização necessária à partilha de recursos entre bibliotecas e aumentar o acesso aos seus fundos documentais.

Nesta linha, verifica-se que as vertentes mais importantes destas ações são o desenvolvimento de sistemas avançados para facilitar o acesso do usuário aos recursos existentes nas bibliotecas e a interconexão das bibliotecas desenvolvendo “auto-estradas de informação”.

Ainda no entender de Silva (1997) nota-se que o mercado europeu, de oferta e procura de serviços e produtos informacionais, necessita ser estimulado e que as bibliotecas passam a ser como “carros-chefe” de mudanças, através da alteração de serviços baseados nas coleções, mediante a cooperação, interconexão e estabelecimentos de redes.

Desta forma, as bibliotecas europeias funcionam como centro de acesso ao conhecimento e, através das TIC's, oferecem informação eletrônica disponível na Internet e em suportes digitais, proporcionando aos usuários formação para o uso destas tecnologias e orientação para localizar, selecionar e valorizar os recursos de informação disponíveis.

Para que isto ocorra de forma mais eficaz, as políticas públicas de informação da Europa contemplam as bibliotecas através de três linhas de ação, esboçadas por Silva (1997), como sistemas de bibliotecas orientadas para redes externas, aplicações telemáticas para serviços de bibliotecas interconectados e serviços de bibliotecas para acesso a recursos de informação disponíveis através de redes.

Os sistemas de bibliotecas orientadas para redes externas cobrem os aspectos de desenvolvimento de sistemas de bibliotecas abertos, de digitalização de materiais, de acesso à gestão de fundos documentais em suporte eletrônico, de interfaces e ferramentas para os usuários e preservação de documentos históricos.

As aplicações telemáticas para serviços de bibliotecas interconectados visam o desenvolvimento de redes interbibliotecárias, de interconexão das bibliotecas com parceiros tradicionais (editores, fornecedores), do acesso dos usuários aos documentos, dos modelos econômicos de distribuição eletrônica de informação por intermédio das bibliotecas.

Os serviços de bibliotecas para acesso a recursos de informação disponíveis através de redes objetivam o desenvolvimento, pelas bibliotecas, de serviços baseados em navegação por redes, a padronização de métodos e normas para a descrição, a indexação e classificação dos documentos, nos seus mais variados suportes, a criação de ambientes para a utilização local da informação encontrada, o controle de qualidade dos serviços prestados pelas bibliotecas.

Diante deste panorama, as bibliotecas européias oferecem aos cidadãos um aumento considerável de informações, a partir do momento em que avançam no alicerçamento de uma cooperação entre elas. Porém, é necessário ressaltar que estas redes cooperativas são uma modalidade sistemática e estável de colaboração, dotadas de um certo grau de rigor e organização e que vai mais além das colaborações casuais. Além disso, não se pode esquecer que, para as bibliotecas européias possam garantir um serviço de qualidade, diante do contexto da Sociedade da Informação e do Conhecimento, o elemento humano segue sendo essencial, assim como as medidas relacionadas com a formação contínua dos profissionais das bibliotecas.

A Comissão Européia (1998) evoca que, especialmente, a informação do setor público desempenha um papel fundamental para o bom funcionamento do mercado interno e para a livre circulação de mercadorias e serviços. E que, pode-se utilizar, de forma fácil e acessível a informação disponível nos âmbitos administrativos, legislativos,

financeiro e do setor público em geral, para que os agentes econômicos possam tomar decisões com pleno conhecimento de causa, visto que as bibliotecas deste setor são unidades depositárias de informações, de estudos e de investigações feitas no interior das instituições as quais se inserem.

Desta forma, entende-se que a falta de informação acessível, do e no setor público, pode provocar uma desvantagem competitiva. E não se pode deixar de esclarecer que o debate acerca da informação do setor público deve situar-se no marco da nova Sociedade da Informação e do Conhecimento, pois as TIC's estão alterando rapidamente a forma de trabalho nos organismos deste meio, não só facilitando as operações internas, como também fortificando o impulso à comunicação entre diversas administrações e ampliando a interação entre cidadãos e empresas.

Sendo assim, a Comissão Européia (1998) acredita que há a necessidade de disponibilizar uma série de serviços de informações, constituídos de informação ordenada e classificada, divididos em três áreas: vida cotidiana, administrativa e participação política.

A vida cotidiana engloba informação laboral, doméstica, sobre educação, saúde, cultura, transportes e meio ambiente. Administrativa diz respeito a serviços públicos, guia de procedimentos, registros e bases de dados públicos. Participação política trata de leis, documentos parlamentares, programas políticos, documentos para consultas e informação prévia sobre os processos decisórios.

Nesta mesma linha, a instituição pública catalã Diputació de Barcelona. Servei de Biblioteques (2003) ressalta a importância das bibliotecas como elemento chave para o avanço e consolidação da Sociedade da Informação, pois elas são capazes de oferecer serviços que a sociedade atual necessita e espera. As bibliotecas são centros

de informação que proporcionam todo tipo de conhecimento aos seus usuários, o que vai de encontro com o objetivo principal de todas políticas de informação: facilitar o acesso à informação a todos cidadãos.

Contudo, a Comissão Européia (1998) criou marcos reguladores prevendo exceções aos direitos de acesso. Tais exceções classificam-se em quatro categorias: exceções em **interesse do Estado** relativo à segurança nacional, interesses econômicos, relações internacionais, procedimentos legislativos que são competência exclusiva dos Estados membros; exceções em **interesse de terceiros** relativo à proteção de identidade, propriedade intelectual, segredos comerciais, procedimentos judiciais; exceções para **proteger o processo decisório** relativo à informação preliminar ou “de uso interno” e exceções para evitar **custos e cargas de trabalho desmedidos** relativo à informação já publicada ou excesso de solicitações.

Percebe-se que estas exceções são necessárias pelo fato da maioria das legislações nacionais não exigirem que uma pessoa ou empresa alegue um interesse determinado como condição para o acesso à informação do setor público.

A partir disso, cabe salientar que todos os países membros, sem nenhuma exceção – Bélgica, Dinamarca, Alemanha, Grécia, Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Áustria, Portugal, Finlândia, Suécia e Reino Unido – possuem legislação e políticas de acesso à informação pública².

Maciá (1998) apresenta algumas conclusões elaboradas pela Comissão Européia acerca do papel da administração pública sobre as bibliotecas. Dentre elas são consideradas as mais relevantes: dar subsistência às bibliotecas segue sendo

² Estas políticas de acesso à informação pública, em alguns países, possuem legislação ou documentação específica, enquanto que em outros, estão descritas nas leis e nos documentos gerais relacionados à informação.

elemento central dos programas culturais dos estados membros, definir e implementar programas para a construção de uma estreita colaboração entre as bibliotecas através da automação e interconexão de seus catálogos, elaborar programas de trabalho dirigidos ao desenvolvimento da função das bibliotecas e de seus responsáveis tanto no plano cultural como no apoio ao mercado informacional.

De acordo com a descrição feita pela Comissão Europeia (1998), as esferas do governo, através das políticas públicas de informação, visam estabelecer transparência na relação governo-cidadão, instituir cooperação entre setor público e privado, explorar comercialmente os documentos gerados pelo setor público e proporcionar o acesso às informações através das TIC's.

3.3.2 Estados Unidos

Averiguando as iniciativas rumo à Sociedade da Informação e do Conhecimento fica claro que os Estados Unidos foram precursores na sustentação e no desenvolvimento do atual paradigma.

Em se tratando especificamente de bibliotecas, Billington (2003) mostra que a importância dada a estas, no âmbito governamental, iniciou-se em 1802 com a participação da Comissão de Bibliotecas na reunião do Congresso Americano. E, durante estes 201 anos, os sucessivos governos, independente de suas ideologias políticas, têm as apoiado com o intuito de preservar e fazer acessível o patrimônio cultural da nação americana.

Haddauti (2000) aborda que, neste íterim, a explosão da informação, o aumento das redes informacionais e das tecnologias baseadas na Internet, fazem das bibliotecas uma das mais importantes áreas de aplicação das TIC's.

No caso dos Estados Unidos, o processo de automatização das bibliotecas teve seu início em meados dos anos sessenta, principiando, deste modo, as mudanças das atividades e dos serviços prestados por estas (catalogação, empréstimo, circulação de material, armazenamento de registros, intercâmbios).

A Benton Foundation (1996) retrata que, a partir de então, as bibliotecas passam a ser um suporte informacional combinando recursos eletrônicos e convencionais.

Takahashi (2000) coloca que em 1993, o então presidente Bill Clinton juntamente com seu vice-presidente Al Gore promoveram o informe *Tecnologia para o crescimento econômico da América* no qual se desenhou o plano de criação de grandes canais para a transmissão de informação, crendo na importância desta como dinamizador econômico.

Contudo, na visão da Benton Foundation (1996), as bibliotecas americanas ainda estavam muito ligadas aos serviços tradicionais. No entanto, estas já encaravam, com muito otimismo, o desafio da era virtual, no qual os antigos serviços – antes restritos ao espaço físico da biblioteca – passariam a não mais possuir barreiras geográficas.

Neste contexto, a era virtual é encarada como elemento que proporciona o acesso livre e irrestrito³ à informação em rede.

Dentro deste panorama Billington (2003) expõe que, para a construção de uma sociedade livre e democrática, é necessário que a população tenha acesso à informação e saiba como usá-la de modo adequado. O autor aponta ainda que esta é a essência dos propósitos do sistema americano de bibliotecas.

Para que estes objetivos sejam alcançados, Getz (1980) afirma que há a necessidade de se adotar políticas específicas para as bibliotecas com o intuito de buscar a eficiência e a equidade de suas atividades, de seus produtos e de seus serviços.

Billington (2003) elenca alguma destas políticas que foram adotadas pelo governo americano:

- a) inserção das TIC's nas bibliotecas para que os conteúdos das instituições públicas possam ser acessados;
- b) criação de uma rede virtual de bibliotecas que disponibilizem seus conteúdos com qualidade;
- c) cobertura das novas necessidades e demandas, dos usuários, através da inserção de profissionais integrados à nova realidade tecnológica e informacional;
- d) elaboração de serviços cooperativos, de associações ou de uniões de bibliotecas para reduzir custos e problemas.

³ Esta colocação está de acordo com a visão da Benton Foundation (1996), no entanto, fato constatado por este estudo é a grande restrição encontrada no acesso a informações americanas, durante a fase do levantamento bibliográfico para a pesquisa.

Como principal exemplo do resultado da adoção destas políticas, cita-se a *Library of Congress* que participou, em conjunto com o governo americano, da criação da Federação Nacional de Bibliotecas Digitais. Esta federação disponibiliza milhares de publicações, filmes, vídeos e fotografias através de um banco de dados.

Dentro deste panorama, verifica-se que a realidade americana é bem diferente. Segundo Takahashi (2000), das 8981 bibliotecas públicas americanas, 72,3% oferecem, ao público, serviços ligados à Internet.

Percebe-se então, que a tecnologia eletrônica deve integrar-se ao mundo dos livros, de modo que estas novas tecnologias se enlacem com as memórias e os valores antigos. Sobre tudo, sempre deve haver profissionais capacitados, que possam fomentar a curiosidade e dirigir os usuários no manejo das informações em seus diversos suportes.

3.3.3 Brasil⁴

Analisando a história nacional, verifica-se que desde a década de 50, somente alguns governos criaram políticas e programas para o desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia e diversas ações foram tomadas por estes, afim de inserir o país no ritmo da economia global. Valentim (2002) aponta que a informação sempre esteve inserida neste contexto, desempenhando o papel de “construtora do saber e do fazer ciência”.

⁴ É válido salientar, que na documentação oficial nacional há uma diversidade de termos acerca das bibliotecas. Dentre eles cita-se: biblioteca pública, biblioteca de entidade pública, biblioteca do poder público e biblioteca pública governamental. Estas expressões muitas vezes causam confusão conceitual, pois não fica claro que tipos de bibliotecas são alvos dos projetos e programas, que visam criar diretrizes e ações de desenvolvimento para as mesmas. Desta forma, neste item do estudo, usou-se os termos gerais: biblioteca ou bibliotecas.

Meio século depois o país segue com seu intento e, com a globalização e com a mudança do paradigma sócio-econômico, no ano de 2000, lança-se efetivamente rumo à Sociedade da Informação e do Conhecimento através da publicação *Sociedade da Informação no Brasil: Livro Verde*, no qual assinala uma proposta de ações compostas de planejamento, orçamento, execução e acompanhamento necessários para seu pleno desenvolvimento.

Especificamente, no tocante às bibliotecas, Takahashi (2000) expõe que estas são “pontos focais” para a disseminação, atração e processamento de produtos e serviços de informação. Além disto, elas devem facilitar o exercício da cidadania e promover a transparência governamental através do acesso público, gratuito e assistido às informações das instituições públicas e das instituições da sociedade civil de interesse público. As bibliotecas precisam também passar a reproduzir, no meio virtual, a função de operar coleções organizadas segundo métodos e padrões internacionais e de qualidade.

Ainda na visão do autor, para a construção da Sociedade da Informação e do Conhecimento, no Brasil, é preciso facilitar o acesso aos acervos culturais nacionais, registrar manifestações culturais nas mais diferentes mídias em formato digital, registrar, de forma sistemática, a produção científica e tecnológica, criar mecanismos para a produção de informação e conhecimento por parte da comunidade e promover a igualdade de oportunidades de acesso às novas tecnologias.

Dentro deste contexto, percebe-se que o acesso, pela população, aos acervos culturais e científicos das bibliotecas deve ser proporcionado também em formato digital a fim de possibilitar consultas de modo mais fácil e eficiente, além de permitir a preservação da identidade multiétnica e multicultural da nação brasileira. Também se

verifica que as TIC's concedem novas formas de registro da produção intelectual e facilitam sua difusão. Contudo, é necessário estimular a produção e o uso de informação e conhecimento por parte de todo cidadão, independentemente de qual meio ele pertença, para assim reduzir as disparidades regionais e sociais existentes em nosso país.

Para que isto ocorra, Miranda et al. (2003, p.4) pregam que a esfera governamental possui um papel fundamental.

É importante ressaltar que as formas de atuação do estado com relação aos elementos estruturais da Sociedade da Informação e do Conhecimento são cruciais, uma vez que **políticas** podem traçar o horizonte e definir os modos de interação dos indivíduos, grupos, organizações e instituições públicas e privadas, tanto no interior do Estado quanto fora de seus limites institucionais. (grifo nosso)

Neste sentido, o governo brasileiro instituiu algumas medidas, como exemplo a criação da Portaria nº 245, de 10 de maio de 2001, onde define que o PROGRAMA BIBLIOTECAS deverá abranger todas as bibliotecas federais, estaduais e municipais, de centros de difusão cultural e científica e de organizações da sociedade civil. E que estas devem constantemente ampliar e aprimorar a forma de acesso a seus fundos documentais. Além disto, exorta que para a execução destas atividades há a disponibilidade de recursos financeiros oriundos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações – FUST. Porém, por notícias divulgadas pela própria imprensa nacional, este recurso está bloqueado e não foi investido de acordo com seus propósitos.

Outro programa existente é o “Uma Biblioteca em Cada Município”, executado pelo Ministério da Cultura – MINC – desde 1996, que visa implantar bibliotecas em localidades que não as possuem. Esta ação ocorre através de parcerias entre o MINC e

as prefeituras dos municípios, cabendo a parte local fornecer instalação física, conexão telefônica e funcionários. Ao Governo Federal cabe suprir seu acervo inicial e aparelhá-las com equipamentos de computação. Estas parcerias renderam, de 1996 a 1999, a criação de 687 novas bibliotecas.

Outras ações a serem desenvolvidas são descritas por Takahashi (2000) de forma categorizada. Existem ações jurídicas, ações estruturadoras e ações gerais, conforme podem ser observadas as mais significativas no quadro a seguir (Quadro 1).

Ações jurídicas	Providenciar a regulamentação legislativa fomentando a digitalização e divulgação de publicações eletrônicas e abrangendo os direitos autorais.
	Estabelecer normas técnicas para o tratamento de informações, garantindo a racionalidade nos procedimentos de armazenamento e recuperação dos conteúdos (metadados), considerando as diversidades de nível e limitação que possam existir entre os usuários
Ações estruturadoras	Conectar todas as bibliotecas públicas do país através de um sistema gratuito que permita disponibilizar os conteúdos da própria biblioteca na rede, ter acesso a conteúdos de outras bibliotecas e navegar na Internet.
	Promover a criação e organização de <i>sites</i> , páginas e portais de interesse comunitário, que sirvam de referência cultural sobre os nossos estados e municípios.
	Instituir um programa de montagem e disponibilização de informações científicas e tecnológicas geradas no país.
Ações gerais	Criar um serviço de informação na Internet que reúna bases de dados sobre documentos produzidos no país ou sobre o país, decorrentes de atividades científicas, tecnológicas, artísticas, culturais, políticas e econômicas.

Quadro 1: Ações para o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento no Brasil.

Neste contexto, nota-se a tendência nacional em utilizar-se do espaço virtual para a operação de serviços informacionais das bibliotecas, visando atingir todas as áreas do conhecimento e a maioria dos usuários atuais e potenciais.

Confirmando esta inclinação, o Grupo de Trabalho sobre Bibliotecas Virtuais do Comitê Gestor da Internet-Brasil (1997) afirma que: “[...] a conexão das bibliotecas brasileiras à Internet é condição necessária para que importantes fontes de informação brasileiras façam parte do espaço virtual [...]”. Desta forma, a participação ativa das bibliotecas na Internet assegura e promove a difusão intensa de nossa história, de nossa cultura e de nossa ciência.

O mesmo Grupo de Trabalho ainda aborda a importância da capacitação de profissionais bibliotecários para atuação no acesso, uso e implantação de serviços de informações na Internet, afim de que estes mesmos profissionais sejam proficientes em exercer o papel de liderança neste processo de transformação das bibliotecas tradicionais.

Não é de se admirar que o discurso, até aqui apresentado pelas propostas e medidas do governo brasileiro, seja semelhante ao que é proferido pelos americanos e europeus, visto que se constatou que todas as iniciativas nacionais são baseadas nas experiências e no referencial teórico construído por estes povos. No entanto, se analisarmos a real situação do país, certamente nos defrontaremos com um paradoxo entre a oratória e a prática nacional. É oportuno exprimir que as tentativas de melhoria e desenvolvimento das bibliotecas existem, porém ainda são singelas se comparadas com a de outros países em mesmo grau de desenvolvimento do Brasil, e a situação piora se confrontarmos com a realidade dos países desenvolvidos.

Estas diferenças ficam mais evidentes quando se trata da informação do setor público. Já em 1987, a Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental – CEPAD – alertava quanto à importância da informação da esfera governamental na vida dos cidadãos. A Comissão... (1987, p.13) diz ainda:

É premente a necessidade de considerar a informação como um serviço de utilidade pública, um serviço que existe para o bem comum, onde é fornecida, ao cidadão, informação em quantidade e qualidades suficientes para satisfazer os interesses individuais e da coletividade.

[...]

Informação sobre tudo, informação para todos, é um pressuposto que isoladamente não tem significado. É necessário e urgente que o Governo assuma o seu compromisso com o cidadão, estabelecendo uma política de informação para o setor público, de forma a transformar dados esparsos em informação útil, acessível e inserida no contexto político, cultural, social e econômico do país.

Embora estas declarações já tenham mais de uma década, ainda continuam atuais. Confirma-se esta constatação através de Saliba e Fulgêncio (2003) que expõem que: “A situação da infraestrutura de informação dos órgãos da administração pública revela um descaso contundente com os principais bens de valor agregado da sociedade contemporânea: a informação e o conhecimento”.

As autoras ainda levantam que as instituições públicas têm a obrigação de se comprometer a abrir seus acervos à população, oferecendo produtos e serviços informacionais, fazendo assim retornar à comunidade os resultados dos investimentos, que de uma forma ou de outra, foram aplicados com verba pública.

Dentro desta perspectiva, evidencia-se que o papel da informação e do conhecimento está intimamente ligado ao desenvolvimento social como um todo. Além disso, destaca-se que se faz necessário um maior comprometimento com a difusão dos recursos de informação como fator de responsabilidade pública e social do poder estatal seja ele nacional, estadual ou municipal.

Buscou-se averiguar a importância dada à informação em âmbito estadual no caso do Rio Grande do Sul. Infelizmente não foi encontrada nenhuma documentação a respeito de políticas públicas de informação para o Estado, o que denota certa

despreocupação e/ou despreparo e/ou desconhecimento, por parte dos governantes, com a informação e conhecimento produzidos por suas entidades públicas, bem como seu valor e benefícios agregados.

Percebe-se isto também, através da pesquisa de Angst (2001), onde das 87 instituições do poder público direto e indireto pesquisadas, 36 não possuem biblioteca.

Ressalta-se que um dos propósitos destas unidades de informação é, também, ser depositária de toda produção intelectual gerada no interior do órgão no qual se inserem. Mas, no caso da falta de uma biblioteca ou unidade de informação, a tendência é de que as informações fiquem esparsas, sem qualquer tipo de tratamento ou organização, o que dificulta a recuperação destas informações resultando muitas vezes, até mesmo em sua perda definitiva, ocasionando assim, desperdício financeiro, temporal e intelectual.

Outro dado apontado por Angst (2001) é o fato que das 51 bibliotecas, existentes na administração pública estadual, 20 não possuem profissional bibliotecário. E mesmo na maioria das 31 bibliotecas restantes há grande carência de recursos humanos. Outra necessidade assinalada é referente aos equipamentos, como computadores, impressoras e *scanners*. A autora mostra que existem bibliotecas sem computador algum e que muitas possuem somente um computador, dificultando assim os serviços destas unidades e confirmando o fato de que 49,02% das bibliotecas não possuem catálogo automatizado.

Além disso, é válido ressaltar que a temática do acervo destas bibliotecas, de acordo com Angst (2001), cobre as mais diversas áreas, como administração, arquitetura, arquivologia, artes, assistência social, ciências agrárias, ciências biológicas, cinema, informática, comunicação, direito, economia, educação, engenharia, estatística,

folclore, geografia, história, investigação policial, literatura, matemática, música, política, química, saúde e sociologia.

Sendo assim, verifica-se a diversidade documental gerada, organizada e armazenada pelo Estado, o que o tornaria um grande produtor e disseminador de informações relevantes para os interesses individuais e coletivos da sociedade gaúcha.

Mas, a atitude estadual parece não vir de encontro a este objetivo, pois em seu Plano Plurianual 2004-2007 não existe qualquer projeto apresentado para o campo das bibliotecas institucionais do poder direto e indireto. Somente há uma verba de R\$ 2.337.000,00 a ser dividida entre os museus e as bibliotecas pertencentes ao Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Sendo que, no caso destas bibliotecas, a verba destina-se somente para compra de acervo bibliográfico, excluindo, assim, a informatização e a inserção de profissionais qualificados para reger tais unidades.

A situação informacional do Rio Grande do Sul não difere muito das situações de outros estados, contudo mesmo sabendo de todas estas dificuldades Takahashi (2000), de forma bastante otimista, expõe que apesar das diferenças de condições existentes entre as bibliotecas brasileiras e de outros países ainda é possível causar impactos de grande importância na potencialização da democratização do acesso às TIC's e ao conhecimento. E que, para que isto ocorra, há necessidade das ações propostas pelo Governo Federal serem absorvidas e colocadas em prática em todas as esferas governamentais.

Contudo, Meira (2003) evidencia a dura realidade brasileira, pois o Programa Sociedade da Informação, que segundo o autor nunca teve recursos, está estagnado no atual governo.

No entanto, salienta-se que este fato não impede e nem invalida que o Estado do Rio Grande do Sul desenvolva, implemente e consolide a Sociedade da Informação e do Conhecimento local possibilitando assim que nosso Estado torne-se mais forte e competitivo.

E, buscar a organização, o tratamento e a difusão informacional de suas bases internas procurando estabelecer uma rede de serviços bibliotecários utilizando-se do meio virtual para melhorar o acesso dos usuários, promover a própria integração governamental, facilitar as tomadas de decisão diminuindo o dispêndio de verbas e de tempo na produção de novas informações é um dos passos para que o Rio Grande do Sul adentre no atual paradigma sócio-econômico e, por conseqüência, na economia mundial.

4 BIBLIOTECAS VIRTUAIS

A evolução das bibliotecas demonstra que existem três principais ciclos de desenvolvimento das mesmas, no qual se percebe que as mudanças ocorridas nos suportes de informação foram decisivos para a alteração dos produtos e serviços oferecidos pelas mesmas, bem como sua forma de ofertá-los.

Na visão de Rossetto (1997) o primeiro ciclo contempla as bibliotecas tradicionais, onde todas suas atividades são desempenhadas manualmente e o principal meio de informação é a forma impressa – livro, periódico, folheto, monografia. No segundo ciclo, estão inseridas as bibliotecas automatizadas, que com o advento do computador, novos procedimentos, formas de armazenamento e acesso às informações são colocados no contexto bibliotecário, como exemplo faz-se referência à automatização de catálogos, à automatização da circulação do material e aos suportes eletrônicos de informação – CD-Rom, disquete.

Com a intensificação da produção e difusão da informação, as bibliotecas novamente tiveram que se remodelar, criando uma infraestrutura compatível com a demanda crescente, incorporando novos processos que proporcionassem o acesso mais rápido às informações e utilizando-se do espaço virtual – a Internet. Eis que surge o terceiro ciclo: o ciclo das Bibliotecas Virtuais (BV's).

As BV's são centro de inúmeras discussões conceituais dos estudiosos da área. Nestes debates surgem várias denominações acerca das mesmas como: biblioteca digital, biblioteca eletrônica e biblioteca sem paredes. Contudo, alguns autores diferenciam todas estas nomenclaturas e, baseado-se nisto, considera-se relevante a este estudo delimitar-se somente às BV's.

Saunders (1992) levanta que a BV compreende uma nova definição para o armazenamento e disseminação de informações utilizando-se de recursos da realidade virtual. Nesta mesma linha, Marchiori (1997) define que a BV é um tipo de biblioteca, na qual sua existência está sujeita à tecnologia do espaço virtual.

Na visão de Drabenstott e Burman (1997) as BV's são formadas por vários tipos de recursos e mecanismos. Dentre eles evidenciam-se: coleção de diversas bibliotecas e/ou unidades de informação, bases com acesso remoto, fontes e recursos de informação, documentos *on-line*, distribuição de informação, computadores interligados em série, nos quais ocorre a interação entre o homem e a máquina, tendo o apoio de mediadores como bibliotecários ou outros profissionais da informação.

Para Vitor (2001) a BV surge nos dias atuais como um complemento da função primeira da biblioteca tradicional, que é a de informar facilitando o acesso às fontes de conhecimento, dando continuidade a cadeia do saber e fazendo com que a biblioteca mantenha-se forte e cada vez mais um organismo vivo e participativo do desenvolvimento cultural da sociedade.

Sendo assim, percebe-se que a BV é uma provedora de informação, que se utilizando das TIC's possibilita acesso a um manancial de dados, informações e conhecimento, além de adotar numerosos recursos informacionais, buscando atender às demandas dos usuários de forma mais veloz e pontual sem perder de vista seu compromisso com a sociedade.

Desta forma, nota-se que o papel da BV não difere do papel das bibliotecas tradicionais. Para López Morales (1995), Angulo Marcial (1997), Lozano (1999) e Haddouti (2000) os objetivos da BV são selecionar, adquirir, organizar, preservar e disseminar suas coleções, com a diferença de que há a necessidade de aplicar

tecnologias cada vez mais avançadas para alcançar estas metas. Rossetto (1997) conclui que a missão da biblioteca continuará sendo a mesma. No entanto, ela deixa de ser apenas “depositária” e passa a ser “ponto de acesso” na rede eletrônica.

Este fato apontado pela autora traz consigo algumas características, como as arroladas por Haddouti (2000), por exemplo:

- a) os usuários podem acessar a informação de qualquer parte;
- b) há redução de burocracia através do acesso on-line à informação;
- c) a informação não se encontra, necessariamente, em único local;
- d) as buscas cruzadas entre diversos tipos de documentos e materiais agilizam o trabalho dos usuários;
- e) há a possibilidade de busca e recuperação de textos completos;
- f) proporciona proteção às fontes de informação tradicionais;
- g) amplia a exploração e exportação da informação.

Angulo Marcial (1997) expõe características semelhantes às apontadas por Haddouti (2000), porém vale salientar outras como o acesso aos recursos de informação pode ser feito de qualquer ponto sem a limitação do espaço físico e os recursos de informação podem ser compartilhados por vários usuários ao mesmo tempo independente do local onde estes se encontram.

Diante da exposição dos autores, percebe-se que a BV proporciona serviços eficientes para organizar, armazenar, distribuir e recuperar informações, tornando as bibliotecas mais dinâmicas e mais seguras no que tange a conservação dos materiais. Estas ainda realizam um processo documental de gestão e recompilação de informação em grande quantidade e proporcionam inúmeros recursos aos usuários. Além disto,

proporciona o acesso à informação em qualquer parte e a qualquer hora, promovendo a aproximação dos cidadãos com a cultura, a ciência e a tecnologia.

Compreende-se ainda que, a qualidade de uma biblioteca hoje, não se mede mais somente pelo volume de seu acervo, mas também pelos equipamentos e capacidade de seu pessoal em acessar coleções e bases de dados remotas. As bibliotecas, portanto, estão abandonando a postura de armazenadora de informação e centrando suas ações no acesso à informação. Isto inclui o compartilhamento de recursos informacionais e o trabalho em rede.

5 BIBLIOTECA VIRTUAL DO RIO GRANDE DO SUL - BVRS

O compartilhamento de recursos informacionais e o trabalho em rede foram aspectos que motivaram a criação da Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul (BVRS).

5.1 Histórico

Em 1987, um grupo de trabalho, composto por bibliotecárias de algumas instituições do governo estadual, reuniu-se com o propósito de elaborar um relatório, objetivando propor uma política de informação documental para as bibliotecas especializadas da administração direta e indireta do Estado do Rio Grande do Sul.

Este grupo, num primeiro momento, elaborou um levantamento de necessidades para o setor de informação documental da administração pública. Este levantamento foi apresentado ao então Deputado e Secretário de Ciência e Tecnologia, Sr. Ruy Carlos Osterman, que demonstrou grande interesse em estudar meios de viabilizar a infraestrutura necessária para o uso e a transferência da informação no poder governamental.

Nesta época, chegou-se a cogitar a idéia de reunir todas as bibliotecas institucionais em um único lugar, através da construção de um prédio que abrigaria todas estas unidades de informação. Contudo, o intento não foi levado à diante devido

ao número de bibliotecas envolvidas, ao porte de acervo documental existente no Estado e ao argumento de que seria necessário grande aporte financeiro.⁵

Com o advento do espaço virtual, surge uma nova forma de reunir as bibliotecas institucionais gaúchas. Em dezembro de 2000, nasce o Projeto Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul (BVRS) visando permitir a integração das bibliotecas das diversas instituições de apoio à administração do Estado do Rio Grande do Sul e proporcionar a democratização do acesso à informação do setor público mediante a utilização das TIC's.

Com recursos da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS), este projeto foi concebido no interior da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emmanuel Heuser e, inicialmente, desenvolveu-se como projeto-piloto abrangendo as bibliotecas da Fundação de Economia e Estatística (FEE), do Instituto Rio-grandense do Arroz (IRGA), da Associação Rio-grandense de Empreendimento de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS) e da Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC). Em dezembro de 2001 a Biblioteca Pública do Estado (BPE) foi incorporada ao Projeto.

No ano de 2002, a BVRS teve todo seu leiaute reconstruído afim de tornar sua interface mais amigável e agradável aos usuários, facilitando o uso dos recursos existentes, a busca e a recuperação de informações.

Neste mesmo ano, a biblioteca da Secretaria de Coordenação e Planejamento e a biblioteca da Secretaria do Desenvolvimento e dos Assuntos Internacionais passam também a fazer parte da BVRS. Na mesma época, o Sistema Estadual de Bibliotecas

⁵ Os fatos até aqui relatados foram baseados no seguinte documento: FERREIRA, Regina et al. **Infra-estrutura mínima necessária para a informação em Ciência e Tecnologia no RS**. Porto Alegre: [s.n.], 1987. (mimeo)

Públicas adentra no Projeto disponibilizando os catálogos de diversas bibliotecas públicas existentes no interior do Estado. Ampliando, desta forma, a diversidade das áreas e acervos cobertos pela BVRS.

Também em 2002 ocorreu uma parceria entre a FEE e a Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul (PROCERGS). E esta última entidade disponibilizou um servidor para o Projeto. Concomitante a este fato, a BVRS passou a ter domínio próprio e seu endereço virtual deixa de ser www.fee.tche.br/bibvirtual e passa a ser www.bibvirtual.rs.gov.br.

Neste mesmo período, ocorre o envio do Relatório Técnico Final para a FAPERGS fazendo com que a BVRS deixe de ser um projeto e encerre seu aporte financeiro. Atualmente, todas as atividades de coordenação, administração e manutenção da BVRS são realizadas integralmente pela FEE, não havendo contrapartida administrativo-financeira das outras instituições participantes.

5.2 Propósitos e Objetivos da BVRS⁶

Os propósitos da BVRS são resgatar, preservar e divulgar a produção científica das Instituições governamentais. Para que isto ocorresse, O Projeto BVRS deteve-se na exploração do potencial das TIC's para interligar as bases bibliográficas das bibliotecas participantes, aumentar a disponibilidade de informações para os usuários reais e potenciais do Estado do Rio Grande do Sul visando o oferecimento de recursos e serviços de informação aos mais diversos setores da comunidade, democratizando o

⁶ Todas as informações aqui apresentadas foram baseadas no seguinte documento: ANGST, Tânia L. (Coord.). **Definição e Implantação do Site Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE, 2000. (mimeo)

acesso à informação com qualidade e com custos de instalação, operação e manutenção, compatíveis com a realidade da situação financeira do Estado. Desta forma, o Projeto BVRS visa atingir os seguintes objetivos:

- a) disponibilizar eletronicamente, à comunidade em geral, os recursos informacionais existentes nas Bibliotecas das instituições públicas participantes;
- b) otimizar serviços bibliotecários e evitar a duplicação de esforços e recursos públicos;
- c) promover o compartilhamento do acesso aos acervos das Bibliotecas, visando a recuperação da produção intelectual dos pesquisadores e técnicos das instituições participantes, bem como, a integração das informações incorporadas aos respectivos acervos;
- d) promover o intercâmbio do conhecimento científico e tecnológico entre os profissionais atuantes nas Bibliotecas das instituições públicas participantes;
- e) subsidiar o conjunto dos órgãos do Governo com informações precisas, atualizadas e organizadas de forma a embasar a formulação de políticas eficazes para o desenvolvimento social e econômico do Estado.

5.3 Regulamento

A cooperação entre as bibliotecas mostra-se como uma importante forma de disponibilizar um número maior de informações organizadas e pertinentes com redução de esforços e custos. Todavia, para que um sistema cooperativo exerça suas funções

de forma sistemática, há a necessidade de se estabelecer regras, padronização de métodos e controle de qualidade dos produtos e serviços oferecidos pelas bibliotecas.

No caso da BVRS, esta estabeleceu um regulamento, no qual agrega uma série de diretrizes às bibliotecas participantes e para a admissão de novas bibliotecas.

Para as bibliotecas que queiram ingressar na BVRS há a necessidade de preencher determinados requisitos. Assim, somente poderão fazer parte da BVRS as bibliotecas especializadas de instituições públicas estaduais da Administração Direta e Indireta; bibliotecas especializadas dos Institutos e Centros de Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul; e bibliotecas públicas municipais através do sistema Estadual de Bibliotecas. As bibliotecas deverão possuir seu catálogo automatizado utilizando-se do software CDS/ISIS, no formato MARC21 e catalogação conforme o código AACR2. Elas também deverão ter como responsável técnico um Bacharel em Biblioteconomia/Documentação/Ciência da Informação, registrado no Conselho Regional de Biblioteconomia. E deverão possuir os seguintes recursos materiais: conexão com a Internet; software WINISIS 1.3 (ou superior); software de catalogação com as seguintes características: módulo de catalogação compatível com o padrão CDS/ISIS e com o formato MARC21; equipamentos para as atividades de processamento técnico local; equipamentos para uso exclusivo das atividades da BVRS; equipamentos para as atividades de empréstimo e atendimento; impressora; serviço de correio eletrônico (e-mail); telefone, fax, entre outros recursos técnicos, além de assinar e encaminhar à coordenação da BVRS o Termo de Adesão.

São direitos e deveres das bibliotecas participantes atualizar mensalmente os registros bibliográficos na BVRS, respeitar o regulamento e as deliberações da Coordenação Geral, fazer-se representar em assembléias, reuniões técnicas e outras

atividades compatíveis com seus objetivos, por um titular ou suplente, sempre que convocados, permitir à comunidade em geral o acesso aos acervos das bibliotecas das instituições públicas participantes na BVRS, para consulta local, respeitando os seus regulamentos, manter intercâmbio/empréstimo interbibliotecário entre as bibliotecas, respeitando as possibilidades e os regulamentos de cada uma.

Sendo assim, as atividades da BVRS estão condicionadas à cooperação. E o trabalho interdisciplinar é elementar para o crescimento desta rede.

5.4 Produtos e Serviços

Assim como outras bibliotecas virtuais, a BVRS abrange uma série de recursos e serviços de informação em seu espaço. Dentre estes recursos e serviços cita-se:

- a) a disponibilização *on-line* dos catálogos das bibliotecas participantes – há a possibilidade de se fazer pesquisas por autor, título, assunto e série. A busca pode ser refinada utilizando-se de operadores *booleanos*, limitando ou não o número de bibliotecas pesquisadas, discriminando o tipo de material ou inserindo data. Existe ainda, a opção de se visualizar o resultados em formato resumido ou detalhado. O formato detalhado apresenta todos os campos do registro bibliográfico e permite visualizar a sua estrutura, ou seja, os campos que foram preenchidos. Isto pode ser observado nas Figuras 2 e 3.

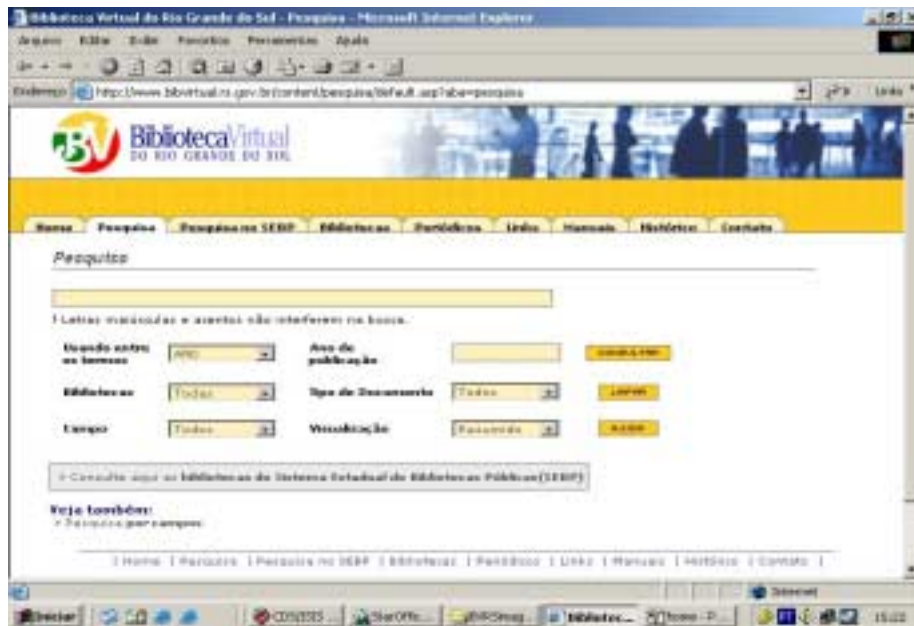


FIGURA 2: Tela de pesquisa do site da BVRV



FIGURA 3: Tela com resultados de busca

- b) acesso à periódicos especializados dispersos na web – pode-se encontrar diversos periódicos com acesso gratuito de inúmeras áreas; conforme pode-se ver na Figura 4.

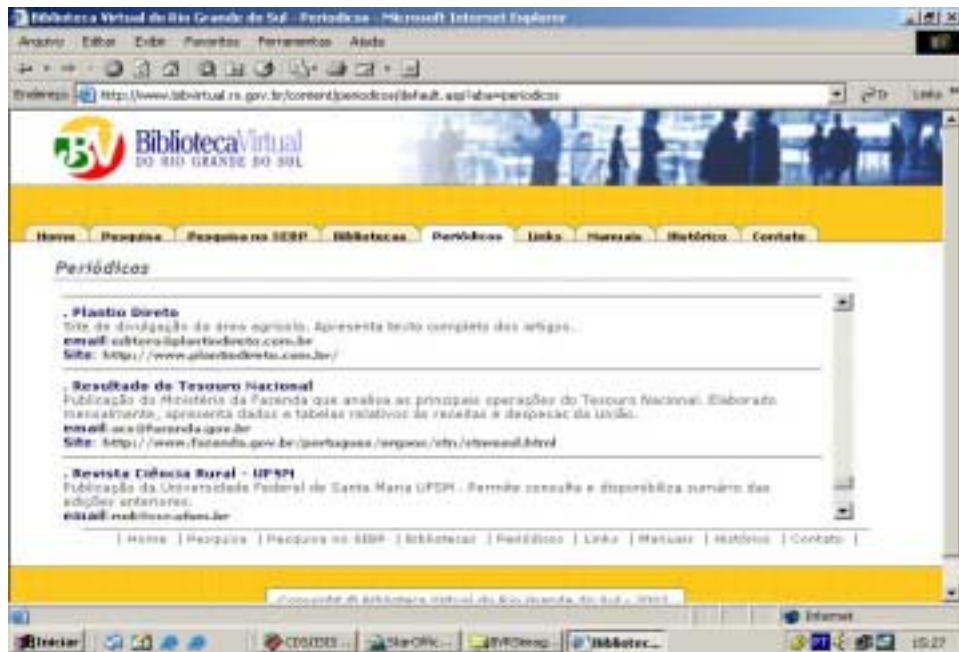


Figura 4: Tela de periódicos do site da BVRV

- c) textos eletrônicos completos (*full text*) – existem algumas obras em formato eletrônico nas quais podem ser acessadas. Cabe salientar, que os documentos disponibilizados na íntegra são produzidos pelos técnicos das instituições participantes da BVRV, levando em consideração a Lei do Direito Autoral;
- d) *links* – de forma categorizada, a BVRV também oferece uma gama extensa de outros recursos de informação, facilitando a navegação, busca e recuperação de informações no ambiente virtual (Figuras 5 e 6);



FIGURA 5: Tela com categorias de links da BVRV

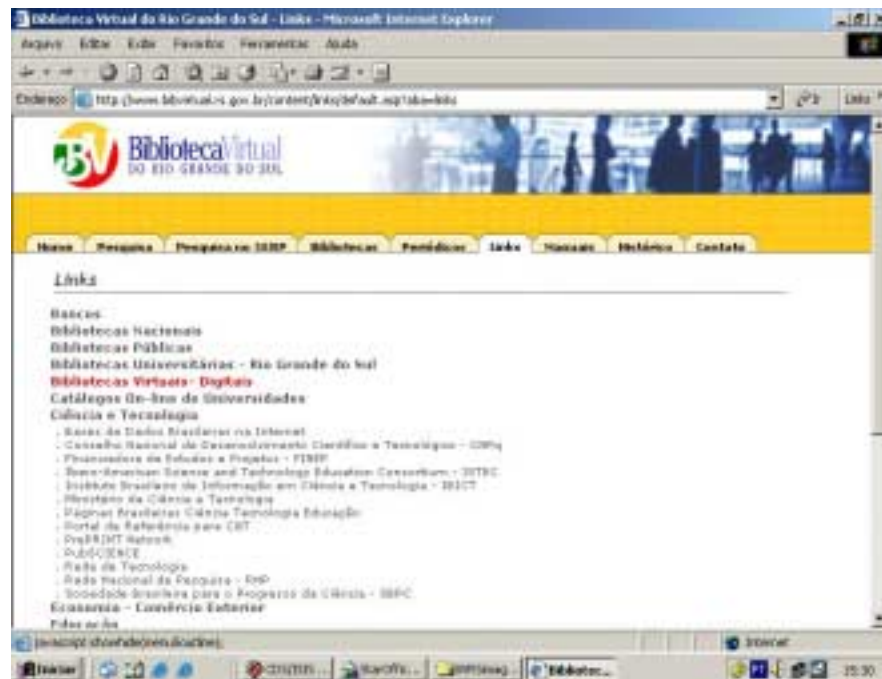


FIGURA 6: Tela com consulta aos links da BVRV

e) compartilhamento dos recursos de catalogação – cada registro da BVRS, possui um link para visualizar a estrutura do registro bibliográfico de modo que outras bibliotecas aproveitem estes dados para descrever obras idênticas que existam em seus acervos, realizando desta forma, um trabalho cooperativo. Além disso, Bibliotecas que utilizem o Formato MARC para catalogação das obras podem realizar o *download* dos registros bibliográficos (Figuras 7 e 8) para compor suas bases de dados locais, um recurso que também é oferecido pela Library of Congress e pela Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro.



FIGURA 7: Tela com visualização da estrutura do registro bibliográfico

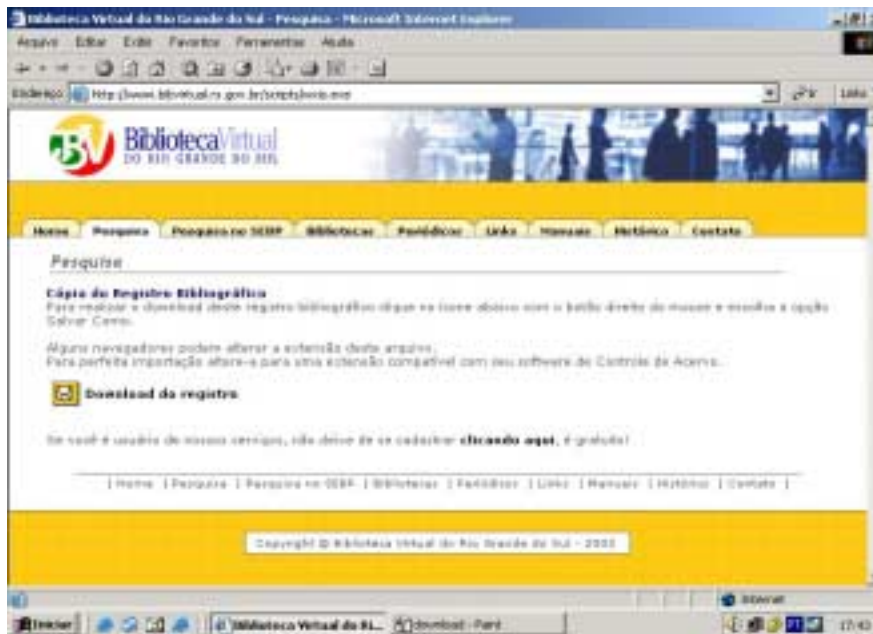


FIGURA 8 : Tela com opção de download de registro bibliográfico

- f) serviço de referência *on line* – a BVRs recebe inúmeras demandas de diversos estados e países através do ‘Fale Conosco’ (Figura 9). De acordo com temas os pedidos são redirecionados às bibliotecas participantes.

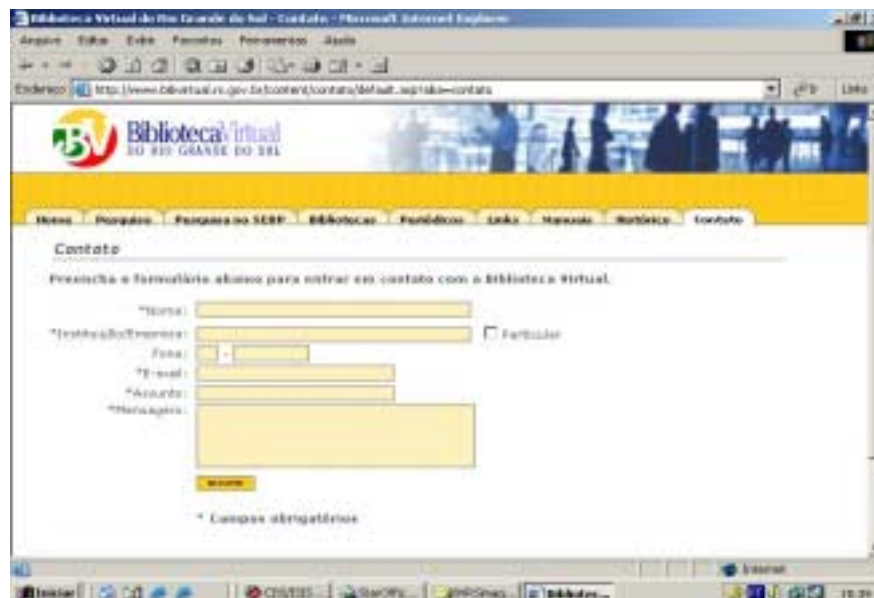


FIGURA 9: Tela do ‘Fale conosco’ da BVRs

6 METODOLOGIA

O estudo desenvolvido consistiu em uma pesquisa qualitativa, visto que esta se compõe de descrições de situações, eventos, pessoas e comportamentos. Neves (1996) expõe que a pesquisa qualitativa compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

O método utilizado foi o estudo de caso, que permite descrever e analisar um caso em todos seus detalhes, possibilitando novas descobertas, interpretações e aprofundamento do contexto do objeto de pesquisa. Além disto, permite a utilização de diversas fontes de informação.

Justifica-se a escolha deste método de pesquisa porque o estudo de caso, no entender de Fidel (1992), é um método específico de pesquisa de campo. Estudos de campo são investigações de fenômenos à medida que ocorrem, sem qualquer interferência significativa do pesquisador. Seu objetivo é compreender o evento em estudo e ao mesmo tempo desenvolver teorias mais genéricas a respeito dos aspectos característicos do fenômeno observado.

Ao buscar compreender a importância de políticas públicas para as bibliotecas o estudo de caso permitiu, através da pesquisa de campo, relacionar aspectos levantados pelo referencial teórico com a realidade do caso estudado.

6.1 Técnicas de Pesquisa

A pesquisa dividiu-se em duas partes. A primeira compreendeu uma pesquisa documental e bibliográfica. Marconi e Lakatos (1999) explicam que esta é a fase da pesquisa realizada para recolher informações prévias sobre o campo de interesse. Na pesquisa documental se inserem os documentos parlamentares, jurídicos, fontes estatísticas e publicações administrativas. Já na pesquisa bibliográfica se encontram as obras já tornadas públicas como periódicos, livros, monografias e teses. Esta técnica foi escolhida para corroborar evidências e/ou acrescentar informações, visto que os documentos e publicações visam retratar a realidade. A presente pesquisa concentrou-se em levantar dados e informações sobre os seguintes assuntos:

- a) conceitos e características da Sociedade da Informação e do Conhecimento;
- b) definições, finalidades e métodos de criação de políticas públicas de informação;
- c) políticas públicas especificamente desenvolvidas e estabelecidas para as bibliotecas na União Européia, Estados Unidos e Brasil;
- d) contextualização das bibliotecas na era virtual;
- e) descrição da BVRS através de seu histórico, de seus propósitos, de seus recursos e serviços.

Para o levantamento destes documentos foram utilizados bases de dados referenciais como a Library and Information Science Abstracts (LISA), a Internet, através de motores de busca, especialmente o Google e o Alta Vista, captura de artigos em periódicos eletrônicos, nacionais e estrangeiros, da área de Biblioteconomia, além

de acesso a inúmeros portais e sítios como do Programa da Sociedade da Informação no Brasil, da Sociedad Española de Documentación e Información, do CORDIS CEU, do Portal de Bibliotecología, do Observatório da Sociedade da Informação da UNESCO, da Sociedad Digital, da Benton Foundation, do Infolac, da Metabase, do Cindoc, dentre outros. Ressalta-se, também, os sítios particulares de profissionais da área de Ciências da Informação: Capurro e Cubillo. Complementou-se com buscas em bibliotecas tradicionais.

A segunda etapa do trabalho consistiu no estudo de caso em que foram utilizadas as técnicas de entrevista semi-estruturada e observação não estruturada participante natural.

A entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado sobre determinado assunto ou problema (MARCONI, LAKATOS, 1999). Neste caso, a entrevista semi-estruturada constitui-se de um roteiro prévio com tópicos relativos ao tema proposto não obedecendo a rigor a uma estrutura formal.

Já a técnica de observação não estruturada participante consistiu em recolher e registrar fatos sem que o pesquisador utilizasse meios técnicos especiais ou precisasse fazer perguntas diretas. Dalla Zen (2003) aponta que a observação não estruturada consiste em anotar os fatos como eles ocorrem, sem ajuda de qualquer referência ou determinação prévia. No entanto, Ander-Egg *apud* Marconi e Lakatos (1999) afirma que esta técnica de pesquisa não é totalmente espontânea ou casual pois, de um modo geral, o pesquisador sempre sabe o que observar.

Dentro deste panorama, além da observação não ser estruturada, esta foi de caráter participante natural, ou seja, o observador pertence à comunidade estudada e consistiu em sua participação efetiva no dia-a-dia do grupo, ou seja, o pesquisador

tomou parte de reuniões técnicas, de reuniões de tomada de decisões e de procedimentos adotados acerca da BVRS.

6.2 Sujeitos da Pesquisa

O sujeito da pesquisa é a BVRS, porém para complementar os dados levantados na pesquisa bibliográfica e na observação não estruturada participante aplicou-se uma entrevista semi-estruturada em pessoas consideradas relevantes e possuidoras de conhecimento mais profundo e efetiva ligação com o tema em questão.

As pessoas que atenderam a estes requisitos foram:

- Tânia Leopoldina Angst – Coordenadora do projeto BVRS e bibliotecária coordenadora do Núcleo de Documentação da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emmanuel Heuser;
- Morgana Marcon – Coordenadora do Sistema de Bibliotecas Públicas do Estado e Diretora da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul.

Visando resguardar suas identidades, na análise de dados estas serão identificadas pelas letras A e B.

A observação deteve-se na constituição, implantação e desenvolvimento da BVRS, coordenado pela Fundação de Economia e Estatística Emmanuel Siegfried Heuser.

6.3 Procedimentos

As entrevistas foram feitas pessoalmente e gravadas no próprio ambiente de trabalho dos entrevistados. Utilizou-se um gravador para registrar as entrevistas na íntegra, o que possibilitou a reprodução fiel de suas colocações.

A observação consistiu no registro de dados como políticas, diretrizes, decisões, procedimentos acerca da BVRS à medida que foram ocorrendo, espontaneamente. Além disto, durante a observação pode-se acessar aos documentos do projeto da BVRS, às atas das reuniões técnicas e de tomadas de decisões e aos relatórios estatísticos.

6.4 Apresentação dos Resultados

Os resultados das entrevistas e da observação são apresentados contendo a análise e algumas transcrições das respostas, integradas à interpretação do pesquisador e aos elementos teóricos levantados na primeira parte deste trabalho. A análise destes resultados são objeto de estudo do capítulo 7.

6.5 Limitações

Uma das limitações encontradas neste estudo foi a dificuldade de acesso aos documentos americanos, visto que sempre havia o pedido de *login* e senha em seus sítios, portais e bases de dados, mostrando o caráter comercial que a informação assume neste país. Por este motivo, o item que se refere às políticas públicas definidas

para bibliotecas norte-americanas foi criado principalmente através de documentos escritos ou traduzidos por países europeus.

Outra limitação sentida nesta pesquisa foi a falta de documentação no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul comprometendo, desta forma, o desenvolvimento teórico a seu respeito.

Uma última limitação verificada foi o número de entrevistados para o estudo de caso, uma vez que somente duas pessoas, dentre as envolvidas e/ou atingidas pelo assunto de investigação, preenchiem os requisitos necessários.

7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Visando a individualização de cada uma das entrevistadas foram atribuídas denominações utilizando as letras A e B. Desta forma, ao longo da análise, a letra indicativa relaciona-se à pessoa entrevistada.

A ferramenta de coleta de dados (APÊNDICE) foi utilizada com o intuito de levantar dados acerca de informações sobre o setor público estadual, políticas públicas de informação no Estado do Rio Grande do Sul, dados sobre as bibliotecas institucionais públicas e a BVRS. Os resultados de sua análise são descritos a seguir.

Verificou-se que as entrevistadas A e B acham importante a disponibilização das informações do setor público à comunidade, pois facilita o dia-a-dia do cidadão dando-lhe acesso a diversas áreas como saúde, agricultura, cultura. Além disto, a comunidade e as organizações teriam acesso aos inúmeros projetos e trabalhos que sempre podem servir de subsídios para a geração de novos estudos e novas pesquisas. A entrevistada B salienta que “[...] a importância em disponibilizar tudo isto à comunidade, como um todo, é que o estado existe para esta comunidade, para o cidadão”.

Esta constatação vem de encontro com o que a Dirección General Del Libro, Archivos y Bibliotecas (2000) expõe ao dizer que é conveniente organizar e garantir o acesso livre dos cidadãos às informações, pois elas auxiliam na integração econômica, social e cultural dos mesmos. O mesmo pensamento é exposto pela Comissão Especial de Preservação do Acervo Documental – CEPAD (1987) e pela Benton Foundation (1996) quando afirmam que existe a necessidade de prover o cidadão com informação

pertinente, pontual e que atenda suas necessidades individuais e coletivas, para que assim se possa construir uma sociedade livre e democrática.

No entanto, através de Angst (2001) observou-se que muitas instituições estaduais não possuem nenhum tipo de unidade de informação. Em contrapartida, a Comissão Européia (1998) exprime que a utilização, de forma fácil e acessível da informação disponível nos âmbitos administrativos, legislativos, financeiro e do setor público em geral facilita a tomada de decisões em diversos setores da sociedade, além, é claro, de subsidiar o próprio governo, pois estas bibliotecas são unidades depositárias de dados, de pesquisas e de investigações feitas no interior das instituições as quais se inserem.

Neste sentido, A e B expõem que existe a necessidade eminente de serem criadas bibliotecas em órgãos que não as possuem, para que sirvam de suporte e apoio aos técnicos no desenvolvimento de suas atividades e também no auxílio das atividades administrativas, pois, de acordo com a entrevistada B, percebe-se que as instituições que não têm nenhuma unidade de informação levam muito mais tempo na busca e recuperação de informações para servirem de suporte para um novo projeto, do que se tivessem uma biblioteca organizada e com pessoal devidamente treinado para isto em suas dependências.

Nota-se, ainda, certa dificuldade para que isto ocorra, pois fica evidente, através das entrevistas, que o Estado não possui nenhuma linha ou política de governo que vise o desenvolvimento, a gestão de recursos e serviços de informação e o aprimoramento constante de suas bibliotecas. Todavia, ressalta-se que ambas as entrevistadas enfatizam que no Estado existem ações, mas são ações isoladas e não um pensamento de governo como um todo. Diferentemente do que é pregado pelos

americanos e europeus, visto que nestes países as bibliotecas são consideradas importantes para o desenvolvimento e consolidação da indústria da informação de seus países, de seus estados e de seus municípios, bem como para a implementação da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

A entrevistada A justifica esta constatação afirmando que “[...] não existe continuidade. A mudança dos governos impede uma linha de ações contínuas”. Situação esta, oposta a dos Estados Unidos, que ao longo de sua história e no âmbito da política sempre houve espaço para as bibliotecas.

Contudo, A e B confirmam a importância de o Estado do Rio Grande do Sul criar e implementar políticas públicas de informação. Estas deveriam direcionar-se ao treinamento e atualização de pessoal e, principalmente, ao desenvolvimento do trabalho cooperativo, que no ponto de vista de ambas seria a iniciativa que mais rapidamente teria sucesso na área da informação dentro do Estado do RS.

Especificamente, no caso da BVRS, B alega:

[...] que ela está se ampliando, mas ela não está definida em nenhuma estrutura do Estado do Rio Grande do Sul. Como um projeto ela buscou interligar as instituições públicas, propiciar de alguma forma treinamentos interativos entre os grupos e técnicos das instituições participantes e, desta forma ela foi construída. Através da troca de experiências e da ajuda recíproca viu-se o quanto é possível. Imagina se nós tivéssemos isso tudo com suporte, com treinamento, e com a coisa institucionalizada.

As informações prestadas pelas entrevistadas confirmam o pensamento de Cubillo (2003), no qual ressalta que as políticas públicas de informação geralmente não são linhas de preocupação dos governantes, o que no entender do autor coloca em risco a competitividade, a produtividade, a integração organizacional e a inserção de inovações dos setores públicos. Contudo, o intento da BVRS mencionado pela

entrevistada B vai de encontro com o apontamento da Comissão Europeia (1998) onde aborda que as TIC's não só facilitam as tarefas administrativas, como também impulsionam à comunicação e à interação entre os diversos setores da administração pública.

Verificou-se também, que as bibliotecas institucionais públicas não fazem parte de nenhum sistema de bibliotecas, ficando somente atreladas aos órgãos, nos quais são subordinadas. Ampliando assim, a dispersão das atividades, bem como a forma despadronizada de atuação das bibliotecas em seus ambientes de origem, nos quais nem sempre existem diretrizes ou espaço para ações de tais unidades.

Neste sentido a entrevistada A afirma que a BVRS seria uma importante rede de bibliotecas, porque ela pouparia esforços com o trabalho cooperativo. Também facilitaria o acesso à informação para o cidadão, pois ela estaria em um meio democrático que é a Internet. E embora muitas pessoas ainda não tenham acesso à Internet, a entrevistada sugere que as bibliotecas públicas devam oferecer este acesso aos usuários. A entrevistada continua afirmando que uma grande vantagem para o estado seria a enorme quantidade de informações que estariam disponíveis em rede e que seriam utilizadas pelos próprios funcionários das mais diversas instituições governamentais. O acesso a essas informações auxilia de um modo geral no desenvolvimento do Estado, seja sócio-econômico ou cultural, não só do Estado, mas do cidadão que teria esta rede de informações públicas e especializadas colaborando para seu desenvolvimento pessoal.

Desta forma, confirmam-se as exposições feitas por Silva (1997) de que as bibliotecas que utilizam sistemas avançados de padronização e tecnologia facilitam o

acesso aos usuários, promovem o desenvolvimento individual e coletivo e aumentam o uso de suas coleções.

A entrevistada B, de forma análoga, complementa que uma rede como a BVRS possibilitaria a redução de custos. Devido ao fato de que toda unidade de informação é composta por inúmeros suportes informacionais, o investimento acaba tornando-se bastante alto. Como exemplo, a entrevistada aborda o caso das revistas especializadas, que geralmente são as mais caras, mas que diversas instituições as necessitam. B explana que seria necessário ter um planejamento anual para aquisição destas publicações e que se “[...] estas todas fossem disponíveis dentro de um único portal e que todos os órgãos públicos pudessem acessar [...] isto possibilitaria uma forma mais organizada, centralizada e sem redundâncias de assinaturas”. Na questão de outros materiais, B argumenta que todas as bibliotecas deveriam se especializar naquilo que é missão do órgão ao qual está subordinada. E a partir desta especialização se encontraria do mais antigo ao mais moderno material referente a determinado assunto naquela biblioteca. E com isso, para o próprio andamento do Estado, como máquina seria interessante, pois reduziria a duplicação das coleções.

Da mesma maneira, a Comunidade Européia (1998) afirma que através da cooperação organizada e sistemática é possível ampliar a oferta de informação e conhecimento a toda comunidade e ao próprio governo.

As entrevistadas também levantam que a BVRS, além de proporcionar maior integração, padronização de atividades, criação de novos produtos e serviços entre as bibliotecas do setor público, ainda auxilia no desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento local, pois como Castells (2000), Fróes (2000), Werthein (2000) e Moore (1999), as entrevistadas acreditam que a informação e o

conhecimento são fatores essenciais para o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos e que as informações prestadas e as TIC's utilizadas pela BVRS promovem transformações na sociedade como um todo.

Contudo, para que isto ocorra são necessárias verbas orçamentárias. Conforme a afirmação de Maciá (1998) a subsistência às bibliotecas deve ser elemento de destaque nos programas governamentais.

Acerca deste assunto A e B evidenciam que no Estado do Rio Grande do Sul não existe qualquer dotação orçamentária para as bibliotecas, sejam elas públicas, institucionais ou para a BVRS. Geralmente, as bibliotecas dependem dos orçamentos das entidades nas quais se inserem, mas que nem sempre dão assistência às mesmas. Especificamente no caso da BVRS, esta não possui verba alguma pois ela não consta em nenhum organograma da esfera pública.

Em relação ao apoio tecnológico, as entrevistadas citam a PROCERGS como órgão gestor de toda questão de informática, equipamentos, suporte técnico e provimento de acesso à Internet. No entanto, a entrevistada A salienta “[...] que este acesso é pago pelas Secretarias, não temos nada gratuito ou que ofereça este apoio às bibliotecas. Geralmente, este aporte tecnológico só se consegue mediante parcerias e projetos”. Esta declaração é confirmada pela entrevistada B quando diz que “[...] a BVRS só está instalada fisicamente numa parte de um servidor da PROCERGS devido a uma parceria feita, somente em 2002, com a FEE, pois o projeto da BVRS correu fora da PROCERGS”.

Ainda no âmbito tecnológico, as entrevistadas dizem que não existe nenhuma proposta ou projeto que vise a automatização de todas as bibliotecas ou alguma ação oficial em que o Estado esteja tomando a frente, querendo automatizar estas unidades.

Estas colocações confrontam-se com as propostas de nosso próprio país, visto que Takahashi (2000) e o Grupo de Trabalho sobre Bibliotecas Virtuais do Comitê Gestor da Internet-Brasil (1997) abordam a necessidade de nossas bibliotecas se apoiarem nas TIC's para propiciar a operação de serviços informacionais das bibliotecas na Internet, com o intuito de cobrir diversas áreas do conhecimento e atender às crescentes demandas dos usuários atuais e atrair os usuários potenciais.

Com relação aos recursos humanos, as entrevistas assinalam a falta de profissionais bibliotecários em diversas instituições. A entrevistada B relata que “[...] há bibliotecas que possuem um profissional, mas pelo tipo de trabalho que poderia ser desenvolvido precisaria de mais profissionais. A grande maioria está carente de recursos humanos”.

Já a entrevistada A narra:

Não existem profissionais em todas as bibliotecas, a maioria não tem, eles são em números insuficientes. Há uma necessidade urgente e isto está expresso num documento que foi entregue ao governador Rigotto, mas não tenho esperança de que no ano que vem saia concurso público, mas se nos próximos três anos não sair concurso, a situação do estado vai ser crítica, pois nós não temos mais historiadores, engenheiros, bibliotecários, museólogos, etc. Daqui a pouco instituições fecharão as portas.

Complementando acerca dos recursos humanos, as entrevistadas dizem ainda que não existe qualquer forma de qualificação e/ou de incentivos proporcionados pelo Estado para os profissionais existentes. Segundo a entrevistada A “[...] quem deveria estar trabalhando neste sentido seria a FDRH que tem a função de capacitar e qualificar os funcionários do Estado, mas o que ocorre são alguns cursos de atendimento e relações humanas, mas com poucas vagas”.

Desta forma, percebe-se a contradição entre a atitude governamental com o que é pregado por Caridad Sebastián, Méndez Rodríguez e Rodríguez Mateo (2000) e

pelo Grupo de Trabalho sobre Bibliotecas Virtuais do Comitê Gestor da Internet-Brasil (1997), pois estes evidenciam a necessidade dos profissionais de informação se inserirem e se atualizarem no contexto das TIC's. Maciá (1998), de forma análoga, expõe que o papel do governo é elaborar programas de trabalho para o progresso das bibliotecas e de seus recursos humanos, seja no plano cultural, seja no apoio ao desenvolvimento profissional.

8 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

É incontestável a importância de políticas públicas de informação para o avanço da Sociedade da Informação e do Conhecimento em qualquer nível governamental.

Os países desenvolvidos foram pioneiros na criação e implementação destas políticas para gerar, agregar e difundir o capital intelectual, tornando-o propulsor da economia mundial.

A adoção de políticas públicas de informação visa formar sistemas e serviços de informação para que todo sistema econômico, social e político opere com maior eficiência. Os autores confirmam que a informação que gera conhecimento, promove mudanças, alavanca a produtividade e gera desenvolvimento em todas as áreas. Mostrar a importância da adoção destas políticas para o desenvolvimento das bibliotecas ligadas ao Governo do Rio Grande do Sul e em especial para a BVRS, como forma de desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento no Estado foi o principal objetivo deste estudo.

Percebe-se, através dos dados coletados, que tais políticas são inexistentes na pauta do governo local. A falta de apoio às unidades de informação das instituições públicas tem como conseqüências a duplicidade de esforços, o retardo nas tomadas de decisão e o comprometimento da vitalização da área das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

O que existem, no Estado, são algumas ações isoladas, mas sem apoio do Governo, como é o caso da BVRS que permanece desempenhando suas atividades, mas de maneira informal, visto que ela não está subordinada, de forma oficial, a nenhuma entidade do poder público.

O estudo revela a necessidade de criação de diretrizes de investimento e desenvolvimento que rejam, padronizem e possibilite a cooperação interbibliotecária, pois as bibliotecas atuam de maneira isolada e de forma precária. Isto deve-se ao fato de que não existem verbas orçamentária, há carência de recursos humanos e não há apoio tecnológico para as mesmas, dificultando as tentativas de ampliação ou criação de serviços, de modernização das coleções e da otimização e racionalização das atividades. Convém mencionar que a falta de um sistema de bibliotecas, específico para as bibliotecas institucionais públicas, agrava ainda mais a situação.

De maneira geral, a criação de um sistema ou rede de bibliotecas ajudaria amplamente no desenvolvimento destas unidades de informação.

Os dados coletados demonstram que a BVRS seria uma forma de congregar estas bibliotecas. Além disso, a BVRS se mostra como um importante meio de divulgação científica do Estado, visto que proporciona o acesso à produção intelectual de nossas entidades públicas à comunidade como um todo. Também ressalta-se que a BVRS facilita e estimula a comunicação e a interação entre estas mesmas entidades.

Outro aspecto a ser considerado é que a informação disponibilizada pela BVRS auxilia no desenvolvimento sócio-econômico e cultural do Estado, pois estas informações geram o progresso pessoal dos cidadãos e o progresso intelectual e comercial das organizações.

Como consequência, a BVRS é uma forma de promoção da Sociedade da Informação e do Conhecimento local, pois se utiliza das TIC's para organizar, armazenar e difundir informação, propiciando ao cidadão o seu direito de acesso ao conhecimento e à geração de novas formas de riqueza.

Diante do que foi exposto conclui-se que a definição e a implementação de políticas públicas de informação para a BVRS e para as bibliotecas institucionais públicas seria benéfico ao sistema econômico e social do Rio Grande do Sul, pois auxiliaria o Estado a desenvolver-se e a firmar-se na economia mundial: na economia da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

Desta forma recomenda-se:

- criar e implementar políticas públicas de informação para a BVRS e para as bibliotecas institucionais públicas;
- criar um sistema estadual de bibliotecas institucionais públicas;
- institucionalizar oficialmente a BVRS;
- promover a criação de unidades de informação nos órgãos que não as possuem;
- incentivar às bibliotecas institucionais públicas a fazerem parte da BVRS;
- prever repasse de verbas às unidades de informação para seu desenvolvimento;
- apoiar tecnologicamente as unidades de informação;
- inserir profissionais bibliotecários nas unidades que não os possuem;
- e prover os bibliotecários com capacitação e atualização profissional.

REFERÊNCIAS

- ANDER-EGG, E., **Introducción a las Técnicas de Investigación Social**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1973 *apud* MARCONI, M. de A. ; LAKATOS, E. V. **Técnicas de Pesquisa** : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.
- ANGST, T. L. (Coord.). **Definição e Implantação do Site Biblioteca Virtual do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, FEE, 2000. (mimeo).
- ANGST, T. L. (Coord.). **Como estão as Bibliotecas das Instituições Públicas do Estado do Rio Grande do Sul?** Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística, 2001. (Documentos FEE, 47).
- ANGULO MARCIAL, N. Transición: los documentos electrónicos en la biblioteca. **Transinformação**, v.9, n.2, p.119-132, maio/ago., 1997.
- BENTON FOUNDATION. **Buildings, books, and bytes**. Washington, DC, 1996.
- BILLINGTON, J. H. Humanización de la Revolución de la Información. **Anales de Documentación**, n.6, p.267-275. 2003
- BURNHAM, T. F. A Pós-Graduação e a Formação para a Sociedade do Conhecimento. **Estudos Acadêmicos**, Salvador, ano 1, jun. 1999.
- CARIDAD SEBASTIÁN, M. ; MÉNDEZ RODRÍGUEZ, E. M. ; RODRÍGUEZ MATEOS, D. La Necesidad Globalizada. El caso español. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.22-36, maio/ago. 2000.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. 6 ed. rev. e ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- COMISSÃO ESPECIAL DE PRESERVAÇÃO DO ACERVO DOCUMENTAL – CEPAD. **A Importância da Informação e do Documento na Administração Pública Brasileira**. Brasília, DF : FUNCEP, 1987.
- COMISSÃO EUROPÉIA. **A Informação do Setor Público**: um recurso chave para a Europa. Livro Verde sobre a informação do setor público na Sociedade da Informação. Luxemburgo: CEU, 1998.
- CUBILLO, J. Políticas Públicas de Información en América Latina: cuánto nos hemos renovado? **DataGamaZero**, v.4, n.4, p.1-12, ago. 2003.

DALLA ZEN, A. M. **Introdução à Prática da Pesquisa**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, 1999.

DIRECCIÓN GENERAL DEL LIBRO, ARCHIVOS Y BIBLIOTECAS. **Plan de Impulso de las Bibliotecas Públicas Españolas**. Madrid: [s.n.], 2000.

DIPUTACIÓN DE BARCELONA. SERVEI DE BIBLIOTEQUES. La Biblioteca Pública: nous reptes i estratègies em la societat de la informació. **Informe**, febrer. 2003.

DRABENSTOTT, K. ; BURMAN, C. M. Revisão Analítica da Biblioteca do Futuro. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p.180-194, maio/ago. 1997.

FERREIRA, R. et al. **Infra-estrutura mínima necessária para a informação em ciência e tecnologia no RS**. Porto Alegre: [s.n], 1987. (mimeo).

FIDEL, R. **The Case Study Method: a case study**. Englewood, CO: Libraries Unlimited, 1992.

FRÓES, T. Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento, Sociedade da Aprendizagem: implicações ético-políticas no limiar do século. In: LUBISCO, N. M. L. ; BRANDÃO, L. M. B. (Orgs.). **Informação e Informática**. Salvador: EDUFBA, 2000.

GETZ, M. **Public Libraries: an economic view**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1980.

GONZÁLES DE GOMES, M. N. Novos Cenários Políticos para a Informação. **Ciência da Informação**, v.31, n.1, p.27-40, jan./abr. 2002.

GRUPO DE TRABALHO SOBRE BIBLIOTECAS VIRTUAIS DO COMITÊ GESTOR DA INTERNET-BRASIL. Orientações Estratégicas para a Implementação de Bibliotecas Virtuais no Brasil. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p.177-179, maio/ago. 1997.

GRUPO TELEFÔNICA DO BRASIL. **A Sociedade da Informação no Brasil: presente e perspectivas**. [São Paulo]: Grupo Telefônica no Brasil, 2002.

HADDOUTI, H. Alguns Aspectos de las Bibliotecas em la Era Digital. **Revista Interamericana de Nuevas Tecnologías de la Información**. Bogotá, v.5 , n.1 , p.32-39, enero/febrero 2000.

LEGEY, L.-R. ; ALBAGLI, S. Construindo a Sociedade da Informação no Brasil: uma nova agenda. **DataGamaZero**, v.1, n.5, p.1-10. 2003

LÓPEZ MORALES, C.Y. Infraestructura y Servicios de Información en la Biblioteca Virtual. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.3, p.115-123, set. 1995.

LOZANO, R. Introducción a la Biblioteca Pública Virtual: una nueva biblioteca para una nueva sociedad. **Educación y Biblioteca**, n.106, p.72-76, noviembre, 1999.

MACIÁ, M. **La Documentación de la Unión Europea**. Madrid: Síntesis, 1998.

MAGGIOLI, S. ; VACCA, A. M. **Políticas Nacionales de Información**. [s.l.]: Centro Nacional de Nuevas Tecnologías de la Información, 1999. Disponível em: <<http://www.crnti.edu.uy/05trabajos/normas2/Políticas.PPT>> Acesso em: 20 nov. 2003.

MARCHIORI, P. Z. "Ciberteca" ou Biblioteca Virtual: uma perspectiva de gerenciamento de recursos de informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.2, p.115-124, maio/ago. 1997.

MARCONI, M. de A. ; LAKATOS, E. V. **Técnicas de Pesquisa** : planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados. 4 ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1999.

MEIRA, S. **Desequilíbrio na Sociedade da Informação**. Disponível em: <<http://www.cidadania.org.br>> Acesso em 08 dez. 2003.

MIRANDA, A. L. C. de et al. Os Conteúdos e a Sociedade da Informação no Brasil. **DataGamaZero**, v.1, n.5, p.1-18, out. 2000.

MONTVILOFF, V. **Políticas Nacionales de Información**: manual sobre la formulación, aprobación, aplicación y funcionamiento de una política nacional sobre la información. Paris: UNESCO, 1990.

MOORE, N. A Sociedade da Informação. In: A INFORMAÇÃO: tendências para o novo milênio. Brasília: IBICT, 1999. p.94-108.

NEVES, J. L. Pesquisa Qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v.1, n.3. 1996.

ROSSETO, M. Os Novos Materiais Bibliográficos e a Gestão da Informação: livro eletrônico e biblioteca eletrônica na América Latina e Caribe. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.1, p.54-64, jan./abr. 1997.

SALIBA, C. A. B. ; FULGENCIO, C. M. De O. O Descaso com as Bibliotecas de Instituições Estaduais do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.pvo.com.br/balboa/descaso.htm>> Acesso em 10 nov. 2003.

SAUNDERS, L. The Virtual Library Today. **LAMA**, v.6, n.2, spring. 1992.

SILVA, G. L. A Política da União Européia no Domínio da Informação Científico-Tecnológica. **Ciência da Informação**, Brasília, v.26, n.1, jan./abr. 1997.

TAKAHASHI, T. (Org.). **Sociedade da Informação no Brasil**: livro verde. Brasília, DF: Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. 203p.

UNISIST. **Objetivos de la Política de Información**: propuestas del UNISIST. Paris: UNESCO, 1974 (SC/74/WS/3).

VALENTIM, M. L. P. Informação em Ciência e Tecnologia: políticas, programas e ações governamentais – uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, v.31, n.3, p.92-102, set./dez. 2002

VITOR, G. C. ; LIMA, R. M.F. **GT Universalização**: SubGT Biblioteca dos Poderes Públicos - Modelo de Operacionalização de um Sistema de Bibliotecas Virtuais. Rio de Janeiro : MCT, 2001. Disponível em: <<http://www.socinfo.org.br>> Acesso em 20 jun. 2003.

WERTHEIN, J. A Sociedade da Informação e seus Desafios. **Ciência da Informação**, Brasília, v.29, n.2, p.71-77, maio/ago. 2000.

APÊNDICE

ROTEIRO DA ENTREVISTA SOBRE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E O PAPEL DA BVRS

Apêndice – ROTEIRO DA ENTREVISTA SOBRE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E O PAPEL DA BVRS

Sobre informação e políticas de informação

1. No seu entender, qual a importância da disponibilização ao acesso às informações do setor público, aos cidadãos e às organizações?
2. Algumas instituições públicas não possuem bibliotecas ou qualquer outro tipo de unidade de informação. Você acha que a criação de algum tipo de unidade de informação auxiliaria nas atividades administrativas, técnica e/ou científicas destas instituições? De que forma?
3. De acordo com nossa pesquisa, a Europa e os Estados têm como linha de governo o desenvolvimento e o aprimoramento constante de suas bibliotecas. No seu entender, no RS, existe esta preocupação?
4. Com o desenvolvimento da Sociedade da Informação e do Conhecimento, diversos governos no mundo todo criaram e/ou ampliaram suas políticas públicas de informação, dedicadas ao desenvolvimento e à gestão de recursos e serviços de informação, nos quais se inserem as bibliotecas. Você tem conhecimento se o Estado possui estas políticas?
5. Se o estado não possuir políticas: Você tem conhecimento de algum estudo, documento oficial, órgão ou comissão coordenadora que sirva de referência ou esteja envolvida no desenvolvimento de algum trabalho acerca de políticas públicas de informação, no nosso Estado? Relate-os.
6. Se o estado não possuir políticas: Você acha necessária a criação de políticas públicas de informação para nosso Estado? Ao que deveria conduzir estas políticas especialmente no caso das bibliotecas institucionais públicas e, mais especificamente, no da BVRS?

Sobre as bibliotecas públicas institucionais e a BVRS

1. Sabe-se que existe um Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas. Que bibliotecas ou de que instituições são as que se inserem neste contexto?
2. No que a criação de uma rede de bibliotecas institucionais públicas, por exemplo a BVRS, ajudaria o Estado?
3. A BVRS auxiliaria no desenvolvimento sócio-econômico-cultural do Estado? De que forma?
4. BVRS possibilitaria o desenvolvimento e a consolidação da Sociedade da Informação e do Conhecimento no Estado? Por quê?
5. BVRS possibilita ou facilita a consecução do direito à informação aos cidadãos? Justifique

6. Com relação ao orçamento estadual, existe orçamento previsto e repasse de verbas orçamentárias para as bibliotecas das instituições públicas? E para a BVRS?
7. Com relação ao apoio tecnológico (equipamentos, softwares e linhas de conexão à Internet), o Estado oferece este apoio às bibliotecas institucionais públicas? E a BVRS?
8. Caso não exista apoio, há alguma proposta ou algum projeto que vise a automatização de todas as bibliotecas institucionais públicas no Estado? A quem esta proposta/projeto está vinculado e como está previsto seu desenvolvimento?

Sobre recursos humanos

1. Há profissionais bibliotecários em todas as bibliotecas institucionais públicas? Eles são em número suficiente?
2. Existe alguma forma de qualificação e/ou de incentivos contínuos para estes profissionais, proporcionados pelo Estado? Se há, qual é esta forma?